



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LEONARDO BICALHO DE MENDONÇA

**A CONSTRUÇÃO DA MONARQUIA LIBERAL PORTUGUESA E OS CAMINHOS  
QUE A LEVARAM AO PRÓPRIO FIM (1820-1910)**

Brasília

2015

LEONARDO BICALHO DE MENDONÇA

**A CONSTRUÇÃO DA MONARQUIA LIBERAL PORTUGUESA E OS CAMINHOS  
QUE A LEVARAM AO PRÓPRIO FIM (1820-1910)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de bacharel em História, sob a orientação do professor Dr. Antônio José Barbosa.

Banca realizada no dia 11 de dezembro de 2015. Estavam presentes os professores: Dr. Antônio José Barbosa, Dr. Virgílio Caixeta Arraes e Dra. Léa Maria Carrer Iamashita.

Brasília

2015

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de agradecer aos meus pais, Alberto Luiz de Mendonça e Cíntia Bicalho de Mendonça pelo seu apoio incondicional em todos os momentos da minha vida, principalmente nessa jornada, quando decidi ingressar nessa aventura despretensiosa, mas que me proporcionou uma paixão e identificação tão grande com o ensino da História, que hoje já não consigo me imaginar sem tê-la iniciado. Os anos em que passei na Universidade de Brasília cursando História definitivamente somaram para fazer hoje a pessoa que eu sou, mas não chegaria a lugar nenhum se não fosse pelo carinho de ambos e nem o futuro teria qualquer tipo de sentido sem isso.

Aos amigos, agradeço a todos que verdadeiramente acreditaram em mim e contribuíram para a minha formação, assim como a eles espero também ter feito. Durante esses anos, foram tantos encontros, debates, momentos de felicidade que não poderia deixar de agradecer a todos pela maravilhosa amizade. Nominalmente, gostaria de agradecer à Marion dos Santos Salles, grande amiga e uma das pessoas mais incríveis que conheci na Universidade. É uma pena que não tenhamos formado juntos, sem dúvida você é uma das pessoas com quem eu mais gostaria de dividir esse momento.

Também agradeço à grande amiga Raquel Gomes Gouveia e ao meu amigo e quase irmão Vinícius Chaves Sartori, por terem me ajudado nas traduções para a língua inglesa feitas neste trabalho e pela longa amizade, que já perpassou por grandes momentos de nossas vidas e que me fazem ter por ambos a maior consideração. Não importa o que o futuro reserve, estarão sempre comigo, pelos grandes momentos que passamos junto, alguns os melhores da minha vida.

Ao professor Antônio José Barbosa, agradeço pelo conhecimento transmitido durante suas aulas, entre as melhores que tive, e por ter aceitado o convite para ser meu orientador nesta pesquisa. O senhor é um exemplo profissional, principalmente devido à simplicidade com que trata os alunos e a paixão que tem ao transmitir o saber. Agradeço também à minha avó, Darcy Alves Bicalho por todo o carinho e por ter permitido utilizar sua casa nos dias em que varei a madrugada por causa desta monografia. Por fim, agradeço ao meu avô Ferdinando Jardim de Mendonça, português madeirense da freguesia de São Jorge e cuja trajetória me inspirou a realizar este trabalho.

*“Este país, meu caro amigo, tem-se governado até aqui com expedientes. Quando vier a revolução contra os expedientes, o país há de procurar quem tenha os princípios. Mas quem tem aí princípios? Quem tem aí quatro princípios? Ninguém; têm dívidas, vícios secretos, dentes postiços; mas princípios, nem meio!”*

(Julião para Sebastião em O Primo Basílio, 1878)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Charge sobre o Tricentenário de Camões (1880).....	p.58.
Figura 2: Charge sobre o Tricentenário de Camões (1880).....	p.58.
Figura 3: Esboço do “Mapa cor-de-rosa” (1890).....	p.58.
Figura 4: Charge sobre o <i>Ultimatum</i> britânico (1890).....	p.59.
Figura 5: Charge sobre o sistema eleitoral (1895).....	p.59.
Figura 6: Charge sobre o sistema eleitoral (1879).....	p.59.
Figura 7: Ilustração de Afonso Costa contra os adiantamentos à Casa Real (1907).....	p.60.
Figura 8: Charge sobre a “ditadura franquista” (1906).....	p.60.

## **RESUMO:**

A Monarquia Liberal Portuguesa, nascida no meio de uma Europa em transição e cenário de inúmeras convulsões políticas, esmerou-se para seguir o caminho de suas iguais. No transcurso do século XIX, abraçou o constitucionalismo, tornou-se burguesa e levou a diante um projeto econômico capitalista e liberal conforme várias outras nações europeias. Entretanto, diferentemente de seus pares, ruiu completamente ainda nos primeiros anos do século XX para dar lugar a um republicanismo que ainda engatinhava no continente. Assim sendo, e a partir de uma análise dos noventa anos de existência da Monarquia Liberal em Portugal, este trabalho pretende investigar as razões que a levaram ao colapso, bem como a opção da sociedade portuguesa por um regime político oposto a uma monarquia secular, cuja história se confunde com a do próprio país.

**Palavras-chave: Monarquia Liberal Portuguesa, Republicanismo Português.**

## **ABSTRACT:**

The Portuguese Constitutional Monarchy, born into a transitioning Europe, the setting of innumerable political upheavals, tried its best to follow the path of its equals. During the course of the nineteenth century, it embraced constitutionalism, became bourgeois and carried forward a capitalist and liberal economic project as several other European nations had done. However, unlike its fellows, it collapsed completely in the early years of the twentieth century to make way a republicanism that was still growing in the continent. Therefore, and from the point of view of an analysis of the ninety years of the Constitutional Monarchy in Portugal, this work aims to investigate the reasons that led to said collapse, as well as the option of the Portuguese society in favor of a political regime opposing a secular monarchy, whose history is intertwined with the country itself.

**Keywords: Constitutional Monarchy of Portugal, Portuguese Republicanism.**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.8.
1. A CONSTRUÇÃO DA MONARQUIA LIBERAL.....	p.12.
1.1. As Guerras Liberais.....	p.12.
1.2. Entre cartistas e setembristas.....	p.17.
1.3. As regras da estabilidade.....	p.23.
2. A QUEDA DA MONARQUIA.....	p.30.
2.1. O início do fim.....	p.30.
2.2. O último grande ciclo do Rotativismo.....	p.36.
2.3. João Franco e o projeto Regenerador Liberal.....	p.41.
2.4. Passos largos para o 5 de Outubro.....	p.46.
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.51.
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS.....	p.56.
ANEXOS.....	p.58.

## INTRODUÇÃO

Ao ingressar no curso universitário de História, pude perceber desde o princípio que não só eu, mas boa parte dos meus colegas, já possuíamos uma idéia muito firme sobre qual a área da História que nos interessava estudar. O campo em si, se era História Política, Cultural, Econômica, entre outras, se tornou mais nítida no decorrer da graduação, mas a área sempre me pareceu já bem estabelecida. Desde os primeiros semestres foi possível encontrar colegas que pretendiam se dedicar ao estudo e à pesquisa da Antiguidade, da Idade Média, Moderna, Contemporânea, da História da África, América ou do Brasil. De minha parte, sempre tive muita certeza que acabaria por me dedicar a esta última, que desde os tempos do meu Ensino Médio me despertava interesse.

Foi a partir do meu interesse pela História do Brasil que curiosamente acabaria escolhendo trabalhar com um assunto diferente, muito embora bastante correlato. Sempre tendo em mente que terminaria minha graduação com uma pesquisa sobre a História Contemporânea do Brasil, particularmente a partir da segunda metade do século XX, acabei optando por me debruçar sobre o Portugal do século XIX. Sendo levado a mudar de rumo pelas indagações e curiosidades que os professores sempre nos alertavam que, uma hora ou outra, iriam nos fisgar e nos mover a investigá-las.

O fato é que a graduação me deixou mais inquieto sobre uma questão que, desde o colégio, me incomodava: o desaparecimento absoluto e quase artificial de Portugal após a Independência do Brasil. Como se, após o 7 de setembro de 1822, nada literalmente nos ligasse mais ao país ibérico e nossas histórias passariam então a correr como duas retas paralelas, jamais se encontrando novamente.

Num curso amplo como é o superior de História, com uma oferta extensa e interdisciplinar das mais variadas possíveis não há o menor contato com a história portuguesa contemporânea. A idéia que se passa é a de que se torna desinteressante estudá-la. Seu estudo se prestaria apenas para entender a formação sociocultural da colônia. Assim, ignora-se por completo a análise sobre as relações entre o Brasil e Portugal como duas nações soberanas e como isso as influenciou ao longo de toda a Idade Contemporânea. O desinteresse acomete também a historiografia brasileira, que ignora a história portuguesa após 1822. Parece se esquecer que D. Pedro I do Brasil e D. Pedro IV de Portugal são a mesma pessoa, que o imperador D. Pedro II foi irmão, tio e tio-avô dos últimos reis portugueses.



Privilegia-se, portanto, apenas o estudo da relação metrópole – colônia, num modelo clássico da relação de dominância e subordinação que, sabe-se bem, se aplica de maneira muito complicada para esses dois países. A julgar que desde o século XVIII existia a idéia da transferência definitiva do poder central para a América Portuguesa, é de se questionar, ou ao menos digno de se problematizar, esse conceito de submissão para o caso brasileiro. Entretanto, insistimos ainda hoje em olhar Portugal como nossa antiga metrópole, enquanto os lusitanos nos chamam de país-irmão.

No XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado em 2009, lembra Marçal de Menezes Paredes que a identidade nacional brasileira se impôs a uma construção histórica bem marcada pelo século XIX, com a produção acadêmica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, posteriormente, com a propaganda republicana, os quais haveriam de afastar intelectual e simbolicamente Portugal do Brasil.<sup>1</sup> Portanto, a formação da identidade nacional teria se aliado a este projeto de demarcação memorial, que separou o brasileiro do português. Este modelo adotado para a construção da nação tinha como evidente objetivo a construção ufanista de um Brasil superior a sua antiga metrópole e que, de certa maneira, elegeu Portugal como bode expiatório dos problemas brasileiros, traçando seu embrião no período colonial e na herança ibérica.<sup>2</sup> O passado, atrelado aos portugueses, era a representação do atraso e a construção de algo novo e melhor coincidia com a ideia de separação.

Próximo de comemorar 200 anos de sua independência, é impressionante como ainda é comum esse discurso no Brasil. É base do senso comum a afirmação de que “a culpa é dos portugueses”, fruto, assim parece, da formação educacional elementar que retrata Portugal de forma caricata, como o reino trapalhão da Europa e que teve a proeza de fazer todas as escolhas erradas. Educação que trabalha de maneira rasa o modelo colonial, passando a ideia para a sociedade de que, em pleno Antigo Regime, alguma outra nação européia teria pensando em realizar tal empreendimento de forma diferente. Estabelece os conceitos controversos de “colônia de exploração” e “colônia de povoamento”, sofismando que o patrimonialismo e outras tantas práticas políticas próprias da Idade Moderna só existiram para aquelas do primeiro modelo.

---

<sup>1</sup> PAREDES, Marçal de Menezes. O passado (ultra)passado: formas de gerenciamento estético da alteridade portuguesa na construção historiográfica da “nação” brasileira. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009, p.3.

<sup>2</sup> Ibidem, p.5.

Com isso, não se quer impugnar as obras clássicas que se debruçaram sobre a organização sociocultural do Brasil colônia, as quais destrincharam muito bem os problemas sociais estabelecidos no país desde o início de sua formação, mas apenas questionar a ideia de que se tratou de um projeto *sui generis* e que se tivéssemos sido colonizados pela Inglaterra, por exemplo, hoje não estaríamos nessa situação e seríamos um país de primeiro mundo, como o Canadá e os Estados Unidos. Conclusões que parecem apenas reforçar o complexo de vira lata vivido pela sociedade brasileira, como bem havia observado Nelson Rodrigues.

Nos anos 2000, num contexto de grandes festividades estimuladas pelo próprio Governo Federal em decorrência da comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, ficou registrado o Congresso Brasil – Portugal Ano 2000, programado por uma comissão executiva bilateral entre os dois países e que, no mês de setembro, produziu por três dias, no Palácio do Itamaraty, um grande diálogo sobre as relações entre ambos e os desafios para o futuro.<sup>3</sup> Destaca-se o pronunciamento de abertura do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que, fugindo das formalidades protocolares, afirmou:

“O congresso vem em boa hora. Arrisco-me a dizer que o Brasil anseia por leituras atualizadas sobre seus laços com Portugal, leituras que reflitam a opção amadurecida dos dois países pela democracia e, como aqui foi, também modernização econômica; leituras que saibam informar do rico repertório de interpretação reunido ao longo dos dois últimos séculos sobre a matriz ibérica da cultura brasileira, mas que guardem um tom crítico, uma perspectiva de futuro.”<sup>4</sup>

Por meio deste trabalho, pretende-se ir ao encontro desse posicionamento. Também, no caminho do que sempre nos falaram os professores da graduação, de que devemos dar predileção por aquilo que carrega certo ineditismo. No entanto, não é a intenção fazer deste um estudo comparativo, embora em certa medida isso acabe acontecendo, mas sim de investigar o que estaria ocorrendo no país ibérico após a independência do Brasil.

A queda do regime monárquico português foi algo que, particularmente, me despertou grande curiosidade, não só por evidentemente conhecer muito pouco sobre, mas também da razão pela qual havia acontecido. Diferente do Brasil, em que a monarquia representava certo continuísmo para com a Metrópole, a monarquia portuguesa era símbolo dos maiores orgulhos do país, como a sua independência do Reino de Leão, a Expansão Marítima, e, no caso da casa de Bragança, o fim a União Ibérica. Entender então o motivo da implantação da república se mostra fundamental para conhecer o Portugal contemporâneo.

---

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE. In. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; ROMÃO, António (Orgs.). *Brasil-Portugal, desenvolvimento e cooperação: o diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro: EMC, 2000, p.13.

<sup>4</sup> CARDOSO. In. ALBUQUERQUE; ROMÃO, 2000, p.32.

Assim, uma vez que o objetivo do trabalho é explanar as razões que levaram à queda da monarquia portuguesa, como evento político que foi, sua elaboração será constituída de caráter eminentemente político. A bibliografia utilizada, de modo geral, centra-se na sociedade portuguesa da época e na estrutura política da Monarquia Constitucional, como foi implementada e de que modo ruiu. As fontes primárias se substanciam nas correspondências do rei D. Carlos I com seu último primeiro ministro, nos momentos em que a monarquia enfrentava as maiores provações, nas memórias e pensamento de figuras como Teófilo Braga, João Chagas e José Relvas, grandes líderes do movimento republicano, e nos periódicos portugueses da época, particularmente suas charges, relatando o comportamento da opinião pública ao longo do período.

A intenção dessa abordagem política, longe de restringir o foco de análise para questões que se definiriam como de seu próprio domínio, pretende na verdade expandi-lo de modo a abarcar, da maneira mais larga possível, o sentimento que nutria a sociedade portuguesa nesse momento tão representativo de sua história. Com relação a ela, nada melhor do que as palavras de René Rémond: *“Na verdade, o campo do político não tem fronteiras fixas e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo sempre são inúteis.”*<sup>5</sup>

Como bem elucidou o historiador francês, na busca de trazer de volta para a historiografia a História Política, ou uma “Nova História Política” como ele mesmo afirmou, não é possível se esquivar desse campo político, pois ele se defronta com as realidades sociais que o historiador pretende decifrar.<sup>6</sup> Desse modo, são os acontecimentos políticos que moldam a sociedade, que ajudam a formar a sua mentalidade, soldando uma geração que se lembrará dele quer positiva, quer negativamente e exercendo com isso incontestável influência.<sup>7</sup>

Portanto, partindo-se do específico, tem-se como objetivo atingir o geral. Partindo dos relatos das personalidades políticas e da opinião pública burguesa, objetiva-se captar o sentimento da sociedade, sua vivência. Captar, em essência, da sociedade portuguesa nesse período de transição, seu espaço de experiência e o horizonte de expectativas, que, como definiu Reinhart Koselleck, constituem a essência do tempo histórico.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> RÉMOUND. In RÉMOND, René (org). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 443.

<sup>6</sup> Ibidem, p.445.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 449.

<sup>8</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2006, p.308.

# 1. A CONSTRUÇÃO DA MONARQUIA LIBERAL

## 1.1. As Guerras Liberais

Como é de conhecimento notório, o constitucionalismo português irrompe na Revolução Liberal do Porto de 1820, momento em que a população se rebelou contra a calamitosa situação em que se encontrava o país, alterando para sempre a sua história. Contudo, as ideias liberais foram se sedimentando de maneira gradual, na medida em que o processo revolucionário avançava e se radicalizava, de modo que os debates, intrigas e divergências quanto ao futuro de Portugal se acentuaram expressivamente no primeiro quartel do século XIX e no contexto do “Vintismo”.

No momento em que explode a revolução, já havia cinco anos em que se consideravam encerradas as Guerras Napoleônicas, com Bonaparte efetivamente exilado na Ilha de Santa Helena, no coração do Oceano Atlântico. Entretanto, o rei D. João VI, a Família Real e a corte portuguesa se encontravam ainda no Rio de Janeiro, desde 1817 considerada a capital do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. Portugal, portanto, era governado por mandato do monarca, cujo representante era Lord Beresford, comandante inglês responsável pelo combate às tropas francesas de Junot.

Era grande no país o sentimento de orfandade. A tensão interna aumentava ainda mais devido às diferenças de trato que eram estabelecidas nas fileiras do exército, particularmente entre os oficiais portugueses e ingleses. Esses últimos, protegidos por Beresford, eram alvo de visível favoritismo, enquanto os portugueses lidavam com desigualdade e sofriam atraso no pagamento dos soldos.<sup>9</sup> Não agradava também à população a preponderância brasileira nos assuntos do reino, bem como a recusa inglesa de revisão do tratado de 1810, que lhe garantia privilégios alfandegários no Brasil, consequentemente prejudicando o comércio externo português, que perdia capacidade de reexportação.<sup>10</sup> Desse modo, era unânime para a população a necessidade de saída dos militares britânicos de Portugal e a normalização política em torno do rei.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> MARTINS. In. ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA; MENDONÇA, Manuela. (Org). *História dos Reis de Portugal: Da Monarquia dual à implantação da República*. 1ª edição. Vila do Conde: QuidNovi, 2011, p.488.

<sup>10</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>11</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal Volume III: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13ª edição. Lisboa: Presença, 1998 p. 15 et seq.

Assim sendo, quando o exército se insurge no Porto em agosto de 1820, aproveitando-se da ausência de Beresford que, em abril daquele ano, havia viajado para o Rio de Janeiro na intenção de obter maiores poderes, rapidamente encontra a adesão de Lisboa e, a partir daí, do resto do reino. O país começa a se governar por meio de uma junta provisória, sem o beneplácito régio, e abre caminho para a entrada do liberalismo, que aquela altura, já encontrava terreno na Espanha.

O objetivo principal da revolução, efetivamente conquistado na expulsão dos militares ingleses, deu a ela rapidamente enorme apoio popular. Nas palavras de Ana Canas Delgado Martins<sup>12</sup>: “*O constitucionalismo viria posteriormente como forma de preencher o vazio institucional*”. As divergências, contudo, vieram de imediato, entre contra-revolucionários até liberais exaltados que pregavam a adoção da constituição espanhola de Cádiz. Em que pese a instabilidade, as Cortes Constituintes se instalaram solenemente em 26 janeiro de 1821. Alguns dias depois elegeram a regência e cinco secretários de Estado que deveriam administrar o reino até a volta do rei.<sup>13</sup> Oito meses depois, em 17 de outubro de 1821, chegava ao Rio de Janeiro as primeiras informações sobre as Cortes.

No primeiro quartel do século XIX, não só Portugal, mas a Europa em peso estava dividida entre a adoção ou abominação das ideias liberais que tinham dado corpo à Revolução Francesa. No caso lusitano, em princípio, o liberalismo não havia encontrado aí muito amparo, uma vez que estava intimamente ligado ao invasor e inimigo francês, estando circunscrito, portanto, ao pequeno círculo da academia de ciências lisboeta<sup>14</sup>. Com a insurreição do Porto, começou, todavia, a ter cada vez mais adeptos. As ideias liberais ganhavam os adeptos entre aqueles que sonhavam com a reestruturação do reino e o ideal da soberania nacional lhes parecia ser esse garantidor.<sup>15</sup>

Entretanto, como em boa parte da Europa, também em Portugal houve a formação de uma corrente absolutista contra-revolucionária. Com origens remontando ao período pombalino, a contra-revolução ganha existência fatídica a partir do Vintismo. Tradicionalista, era movimento que defendia a monarquia absoluta, a ordem hierárquica e social dos três estados e o catolicismo romano.<sup>16</sup> Não significava, porém, que seus defensores ignorassem ou

---

<sup>12</sup> MARTINS. In. ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA, 2011, p.490.

<sup>13</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>14</sup> NUNES. In. COSTA, Fernando Marques; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. (Orgs.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa: Veja, 1989, p.70 -74 passim.

<sup>15</sup> SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1993. p. 346.

<sup>16</sup> TOGAL. In. COSTA; DOMINGUES; MONTEIRO, 1989, p.94.

não se sentissem descontentes com a situação do reino. De fato, até aceitaram a insurreição de 1820. Sua oposição, portanto, era com o caráter liberal assumido pelas Cortes.<sup>17</sup>

Conforme o trabalho das Cortes avançava, o seu caráter liberal se tornava cada vez mais latente, dividindo, assim, a sociedade portuguesa. Em verdade, parece que o único sentimento verdadeiramente comum na época era com relação à volta da situação política do ultramar ao período anterior a 1808.<sup>18</sup> Defendido ardentemente nas Cortes, foi umas das principais razões que desencadearam a Independência do Brasil em 1822. Assim sendo, sobre o constitucionalismo em si, havia no país muita divergência.

Foi nesse ambiente de incertezas que se promulgou a Constituição Portuguesa em 23 de setembro de 1822. Sobre o ideal de soberania nacional, garantia os direitos individuais, a separação e independência dos três poderes, o Poder Legislativo unicameral e o voto censitário, limitando, assim, o poder real. Consagrando a vitória dos liberais, foi documento gerador de muita polêmica. A recusa de D. Carlota Joaquina em lhe prestar juramento expõe o tamanho da instabilidade que proporcionou. Ato, inclusive que transformou a rainha na primeira grande liderança do movimento contra-revolucionário.<sup>19</sup>

Boa parte da aristocracia e mesmo do povo não aceitava a Constituição e desde os primeiros instantes mostrava a sua insatisfação. Sensíveis a esses reclames, a rainha e o príncipe D. Miguel organizaram, em maio de 1823, um movimento insurrecional conhecido como “Vilafrancada”. Sob o argumento de que o rei estava posto em cativeiro pelas Cortes, estimularam a impugnação da constituição e o restabelecimento da ordem do Antigo Regime.<sup>20</sup> D. João VI contornou a situação de maneira a melhor pregar a estabilidade. Prometeu à população que outorgaria uma carta constitucional que prestasse digno valor à monarquia e colocou seu filho como comandante chefe do exército.<sup>21</sup>

De qualquer modo, o rei se cercava de liberais, algo que os contra-revolucionários não conseguiam tolerar. A concentração de poderes que deu a D. Miguel lhe permitiu, um mês depois, organizar novo movimento contra-revolucionário conhecido como “Abrilada”, sob os mesmos fundamentos antiliberais. A persistência do infante alimentava o sentimento

---

<sup>17</sup> TOGAL. In. COSTA; DOMINGUES; MONTEIRO, 1989, p. 94 et seq.

<sup>18</sup> MARQUES, 1998, p.20.

<sup>19</sup> MARTINS. In. ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA, 2011, p.494

<sup>20</sup> Ibidem, p.495.

<sup>21</sup> Ibidem, loc. cit.

contestatório e a instabilidade, de modo que o rei acabou lhe mandando pra o exílio.<sup>22</sup> Se por um lado D. Miguel foi aliado da situação política ao ser forçado a se retirar para a Áustria, por outro, a sua atuação enérgica contra o regime liberal lhe proporcionou grande protagonismo no movimento contra-revolucionário, de modo que se pode dizer que esse se confundia em Portugal com a própria ideia de “Miguelismo”.<sup>23</sup>

Em que pese todos os esforços de D. João VI para manter a estabilidade do reino, a situação política se deteriorará agudamente com a sua morte ,em 1826, em virtude da crise sucessória por ela gerada. Não se tinha um consenso sobre quem afinal era o legítimo herdeiro ao trono. Prudente, D. João já havia determinado que, na sequência de sua morte, deveria ser estabelecida uma regência provisória sob o comando de sua filha e que essa deveria estabelecer quem de direito seria o novo rei.

Com os poderes que lhe foram atribuídos, a regência opinou pelo nome de D. Pedro, que naquele momento já era considerado como imperador e perpétuo defensor do Brasil. Passou assim a ser considerado em Portugal como o rei D. Pedro IV. Após supor por um tempo a possibilidade de acumular as duas coroas, ato que lhe foi enfaticamente desaconselhado, abdicou em favor de sua filha mais velha, D. Maria da Glória.<sup>24</sup>

Para apaziguar os ânimos e unir todos os lados, estabeleceu o casamento dela com o seu tio D. Miguel e o dever desse de exercer a regência em seu nome, enquanto ainda fosse menor de idade. Antes de oficializar a abdicação, nos poucos meses em que reinou em Portugal, D. Pedro IV honrou a promessa de seu pai e outorgou em 1826 a Carta Constitucional. Colocava-se como um rei magnânimo que por livre vontade entregava ao país a sua lei fundamental. Aos moldes da Constituição Brasileira de 1824, a Carta trazia a marca registrada de D. Pedro: O Poder Moderador.

Aceitando as estipulações do irmão, D. Miguel regressou a Portugal e foi ovacionado pela população lisboeta. Estava claro que possuía a legitimidade da população frente ao seu irmão, considerado o grande traidor da causa portuguesa. Se houve na população indefinição quando ao trabalho das Cortes Constituintes e da Constituição de 1822, com relação a D. Pedro IV e sua Carta Constitucional a insatisfação, principalmente das massas populares, era geral. Fortalecido pelo ambiente conspiratório que o cercava, D. Miguel, que, é importante

---

<sup>22</sup> SARAIVA, 1993, p. 370.

<sup>23</sup> LOUSADA. In. COSTA; DOMINGUES; MONTEIRO, 1989, p.113

<sup>24</sup> VICENTE. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.525.

ressaltar, havia jurado a Carta Constitucional de 1826, convocou em 1828 as Cortes tradicionais do reino que desde o século XVII não se reuniam. Perante os três estados foi aclamado rei de Portugal.<sup>25</sup> O Miguelismo chegava ao poder.

“O Absolutista”, “O Usurpador”, “O Sacrificado”, muitos foram os epítetos concedidos a D. Miguel I em seu polêmico reinado. O certo é que ao tomar o poder nos moldes do Antigo Regime, desrespeitando assim as determinações de D. Pedro IV e dos defensores do liberalismo, abriu com eles conflito direto. O país ficou, portanto, dividido entre liberais e miguelistas e um intenso processo de “caça as bruxas” foi patrocinado pelo monarca. Sua autoridade era respeitada em praticamente todo o reino, com a exceção da ilha Terceira nos Açores, de onde, curiosamente, viria a reação ao seu domínio.

Para os defensores do Miguelismo, a natureza humana era vista de forma pessimista, uma vez que o ser humano não tinha autonomia sobre a vontade divina, dela necessitando para se purificar de sua propensão para o mal.<sup>26</sup> Nessa ótica, o Homem não é naturalmente bom, de modo que todo o discurso que pregasse a liberdade civil resultaria para os miguelistas no caos, na desordem e na guerra.<sup>27</sup> Elogiavam a tradição em detrimento da razão e tinham uma visão providencialista da História. Acreditavam que a intervenção do sobrenatural era uma constante na história portuguesa, que desde a visão de D. Afonso Henriques e a batalha de Campo de Ourique, se manifestava. Deus era, portanto, o motor da História e como para além de Deus existe o mal, esse era naquele tempo o liberalismo. D. Miguel surgia então quase que pela divina providência e tinha como missão derrotar esse mal, sendo isso o que lhe concedia legitimidade.<sup>28</sup>

Ao contrário do que acontecia no plano interno, externamente o governo de D. Miguel não obtinha reconhecimento. Tinha, é verdade, o apoio da Santa Aliança, mas essa, quase 15 anos após o Congresso de Viena, se encontrava cada vez mais desgastada no concerto europeu, demonstrando que os ventos da mudança haviam chegado para ficar e que a Europa já não comportava mais a monarquia absoluta.<sup>29</sup> A intransigência da Inglaterra, a deposição de Carlos X na França, em julho de 1830, e mais tardiamente a morte de Fernando VII de Espanha sintetizavam o gradual isolamento em que o Portugal miguelista ia sendo posto.

---

<sup>25</sup> SARAIVA, 1993, p. 377.

<sup>26</sup> LOUSADA. In: COSTA; DOMINGUES; MONTEIRO, 1989, p.114.

<sup>27</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>28</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>29</sup> VICENTE. In: ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p. 576 et seq.



Entretanto, a situação se tornou efetivamente instável quando em 1831 D. Pedro abdicou como imperador do Brasil. Embarcando do Rio de Janeiro junto com D. Maria II, D. Pedro se dirigiu para a Europa disposto a restabelecer o trono português de sua filha. Rumou para o arquipélago dos Açores, se estabelecendo na ilha Terceira, de onde iria começar a sua reação. Em terras portuguesas, assumiu na ilha o poder como regente, nomeou ali novo ministério e preparou uma força expedicionária composta por 8.000 homens, entre açorianos, liberais exilados e mercenários.<sup>30</sup> Partindo dali, chegaram ao Portugal continental em 8 de julho de 1832 na praia de Arnosa, em Pampelido, norte do país, com o objetivo de tomar a cidade do Porto.

Começava a fase mais aguda da Guerra Civil Portuguesa, também conhecida como Guerras Liberais, que colocou em pólos opostos os irmãos Pedro e Miguel. Porém, mais do que uma briga entre irmãos, a guerra civil colocou em combate os ideais absolutistas e liberais, sendo, portanto, um grande momento de definição para o futuro de Portugal. De um lado estava D. Miguel I, a maioria do Clero, parte da aristocracia e a Santa Aliança (Áustria, Prússia e Rússia), do outro D. Pedro IV, a burguesia, a aristocracia liberal e a Quádrupla Aliança (França, Inglaterra, Espanha e Portugal), formada em 1834 por tratado que recusava a presença miguelista em território luso.<sup>31</sup>

O final do conflito, com a assinatura da convenção de Évora Monte em 26 de maio de 1834, sinalizou a vitória do liberalismo em Portugal. A partir daquele momento, o absolutismo perdia total força política no país. Contudo, o Miguelismo, enquanto fenômeno político e ideológico, não deixaria de existir e durante todo o período da monarquia e mesmo posterior a ela continuaria a se representar, quer por partidários de D. Miguel que tivessem permanecido no país, quer por aqueles que lhe acompanharam no exílio.<sup>32</sup> Não teria, entretanto, força política de expressão. A partir de 1834, o regime constitucional tinha se enraizado. A discussão agora polarizaria entre os partidários da Constituição de 1822 e os da Carta de 1826, posteriormente, entre monárquicos e republicanos.

## **1.2. Entre cartistas e setembristas**

Com o fim da Guerra Civil, último suspiro do absolutismo português, se estabelecia de fato a monarquia constitucional com a vitória do projeto político de D. Pedro IV e da Carta

---

<sup>30</sup> VICENTE. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.578.

<sup>31</sup> Ibidem p.576.

<sup>32</sup> TOGAL. In. COSTA; DOMINGUES; MONTEIRO, 1989, p.102.

Constitucional de 1826. Nesse projeto, a rainha D. Maria II tinha consideráveis poderes, consubstanciados na fusão das atribuições que lhe eram garantidas pelos poderes Executivo e Moderador. Tinha o direito de vetar as decisões votadas pelos deputados, convocar, prorrogar, adiar ou dissolver as Cortes, além de constituir um Conselho de Estado com membros vitalícios por ela nomeados.<sup>33</sup> Como chefe de governo, exercia o Poder Executivo junto com seus Ministros de Estado, cujo chefe, até o fim da monarquia, era conhecido como Presidente do Conselho de Ministros. Interferia ainda indiretamente no Poder Legislativo, a partir de sua estrutura bicameral entre Câmara dos Deputados e a Câmara dos Pares do Reino, tendo esta membros vitalícios também escolhidos pelo monarca.

Em que pese o caráter centralizador da Carta de 1826, a monarquia liberal consolidada, desde seus primeiros momentos, caracterizou-se por colocar em marcha uma enorme reestruturação do Estado, eliminando os resquícios feudais que o reino ainda possuía e trazendo Portugal para o modelo de sociedade burguesa que ia se consolidando na Europa. A primeira chefia do ministério seria confiada a Pedro de Sousa Holstein, duque de Palmela, mas a alma do novo regime estava na obra legislativa de Mouzinho da Silveira, atuante desde os tempos da guerra civil e que inspirou os primeiros gabinetes cartistas. Como legislador, teve papel de destaque na abolição dos direitos feudais, extinção de impostos do dízimo e da sisa, na abolição do regime de morgadio, na reorganização dos serviços públicos e, principalmente, na divisão administrativa do reino.<sup>34</sup>

Contudo, se a modernização do Estado era o grande ponto consensual entre os liberais, o modo como devia ser efetivada e em que era legitimada foram as suas grandes controvérsias. Os grupos políticos polarizaram entre aqueles que amparavam a Carta Constitucional de 1826 e aqueles que defendiam a Constituição de 1822 e o real espírito das Cortes e a instabilidade política era, assim, mantida.<sup>35</sup>

Em 9 de setembro de 1836, os partidários do Vintismo conseguiram chegar ao poder inaugurando o período da monarquia constitucional conhecido como “Setembrismo”, em que a Constituição de 1822 foi provisoriamente restabelecida e o liberalismo seguiu o seu rumo mais exaltado. Ficavam bem evidentes naquele momento as divergências entre os “cartistas”

---

<sup>33</sup> MARQUES, 1998, p.75.

<sup>34</sup> POLICARPO. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p. 606 et seq.

<sup>35</sup> SARAIVA, 1993, p.391-394 passim.

e “setembristas” e o prolongamento da instabilidade política devido a falta de um modelo político que abarcasse satisfatoriamente os dois pólos.<sup>36</sup>

Facção do liberalismo português, o Setembrismo correspondia ao grupo político que não participava inicialmente das instâncias do poder, não tendo, portanto, o favoritismo da monarquia. Tal situação fez que, desde o princípio, se colocasse como opositor da Carta de 1826 e seu caráter centralizador. Defendia, assim, o real espírito liberal da Revolução de 1820 e da Constituição de 1822, que consagrava a soberania nacional como ato formador do Estado. Sendo avessos, portanto, da outorga fruto da “*generosa dádiva de um príncipe filósofo*”, conforme as palavras debochadas de Teófilo Braga.<sup>37</sup>

Com relação aos cartistas e seus gabinetes ministeriais, faziam a eles franca oposição devida a corrupção engendrada em suas administrações e o intenso enriquecimento de seus quadros políticos à custa do desmoronamento do Estado absolutista.<sup>38</sup> A chegada do grupo ao poder se tornaria possível graças a instabilidade política do período. Num país que havia acabado de sair de uma guerra civil, exausto, endividado e com uma agenda reformadora acentuada, muito acabou sendo exigido da população e os setembristas souberam jogar com a insatisfação popular de modo a pressionarem a monarquia. No início do fatídico mês, a rainha acabou dissolvendo o ministério do duque da Terceira e chamando ao governo a facção exaltada. Assim, chegavam ao poder pela via institucional, embora seja denominado esse momento pela historiografia portuguesa como a Revolução de Setembro.

O gabinete setembrista, presidido pelo conde de Lumiares e com influência dos políticos Sá da Bandeira e Passos Manuel, deu continuidade à agenda reformista, mas não conseguia estabelecer um projeto político que arrefecesse a instabilidade. Ao longo de sua existência, o Setembrismo iria conviver com constantes levantes dos atores políticos e instituições que lhes eram contrários. Mesmo a Rainha, que lhes havia colocado no poder, sondará o auxílio da Quádrupla Aliança para restabelecer os gabinetes cartistas.<sup>39</sup> O restabelecimento da Constituição de 1822 já renunciava a ótica dos setembristas com relação a descentralização do poder, tornando-se mais forte com a defesa de descentralização territorial e administrativa do país.

---

<sup>36</sup> MARQUES, 1998, p.36 et seq.

<sup>37</sup> BRAGA, Teófilo. *História das Ideias Republicanas em Portugal*. [1880]. Lisboa: Vega, 1983, p.54.

<sup>38</sup> SARAIVA, 1993, p. 392.

<sup>39</sup> MARQUES, 1998, p.37.

Na edificação do Estado liberal, a primeira reforma administrativa com intuito de quebrar as amarras do Antigo Regime veio das mãos de Mouzinho da Silveira que, ainda em plena guerra civil, elaborou o decreto n. 23 de 16 de maio de 1832. Decretado por D. Pedro IV, era como tantas outras do período, reforma fortemente influenciada pelo Código Napoleônico, concebendo a administração pública como um sistema altamente centralizado e rigidamente hierarquizado<sup>40</sup>. O decreto conferia aos magistrados administrativos (prefeitos de província, subprefeitos de comarca e provedores de concelho), escolhidos pelo monarca, poderes executórios e de controle sobre as entidades eletivas (juntas gerais de província, juntas de comarca e câmaras municipais).<sup>41</sup> Assim, afetava o histórico municipalismo português, que sempre proporcionou muita autonomia de governo às câmaras municipais.

A reação à reforma administrativa de 1832 foi rápida e forte. Os governos cartistas tinham dificuldades em aplicá-la devido à resistência das câmaras municipais, que chegaram a incitar suas populações locais a se rebelarem como forma de fazer pressão política às Cortes.<sup>42</sup> Polêmica como era essa questão, foi fruto de intensos debates na Câmara dos Deputados, que acabou por abolir a reforma administrativa em 25 de abril de 1835. O discurso das câmaras municipais encontrou alento nos setembristas e os influenciou na construção do Código Administrativo de 1836, devolvendo-lhes a autonomia.<sup>43</sup>

Como uma ala de esquerda, o Setembrismo marchava na intenção de solidificar o liberalismo e convocou, assim que chegou ao poder, uma nova Corte Constituinte com o objetivo de rediscutir e repactuar o ato formador da nação portuguesa. A Constituinte de 1837-1838 tornava-se o grande palco para os embates das ideias que permeavam o período, abrindo a possibilidade para a construção de um modelo político mais estável para a monarquia constitucional.

Durante a Constituinte, as facções cartistas e setembristas se subdividiram entre aqueles que eram propensos ao diálogo, portanto mais moderados, e aqueles que se mantinham fieis aos seus ideais e assumiam uma postura mais radicalizada. Os pontos mais debatidos foram com relação à administração pública e o poder régio. Destaque grande foi dado à questão do bicameralismo e sua real funcionalidade. Ao fim e ao cabo, a Constituição de 1838, terceiro diploma constitucional português em menos de duas décadas, se consagrou

---

<sup>40</sup> MANIQUE. In. COSTA; DOMINGUES; MONTEIRO, 1989, p.168.

<sup>41</sup> Ibidem, p.168 et seq.

<sup>42</sup> Ibidem, p.171.

<sup>43</sup> Ibidem, p.176.

como uma composição da Constituição de 1822 e da Carta de 1826. Retirou o Poder Moderador, consagrando assim tripartição dos poderes e confirmou a existência da segunda câmara, tendo seus membros eleitos e com mandato temporário.<sup>44</sup>

Entretanto, a vida da nova constituição e do próprio Setembrismo teria curta duração. O “excesso de liberdade” que os governos e a nova lei fundamental proporcionavam era alvo de críticas pela classe política que considerava Portugal submetido a uma anarquia.<sup>45</sup> A Constituição dera considerável força ao Poder Legislativo, detendo esse um apertado controle sobre as receitas e despesas com a votação do orçamento a qual o Executivo deveria ficar adstrito, ocasionando a queda constante dos ministros da Fazenda.<sup>46</sup> A necessidade de se repor a ordem era a grande bandeira daqueles que acreditavam que somente um governo forte seria capaz de conduzir as necessárias reformas do Estado.<sup>47</sup>

É nesse contexto que começa a ganhar destaque na cena política Antônio Bernardo da Costa Cabral. Ministro da Justiça do gabinete do conde de Bonfim, ingressava na vida pública em 1839, no momento em que os “ordeiros” já enfraqueciam o teor radical da Revolução de Setembro. Descontente com os rumos tomados pelo Setembrismo, Costa Cabral passou a defender a necessidade de fortalecimento do Estado. Sua atuação lhe rendeu prestígio como um líder nato da causa “ordeirista”.

Em 1842, Costa Cabral deu um golpe de estado que restabeleceu a Carta Constitucional e levou Portugal a uma nova situação política, agora de caráter mais conservador. Assumiu a pasta do reino do novo gabinete do duque da Terceira e se tornou o homem forte da rainha, ganhando o título de Marques de Tomar, dando prosseguimento a uma política mais centralizadora que foi apelidada de “Cabralismo”. A guarda nacional foi reestruturada como forma de se tornar menos popular e mais como um corpo defensor das elites burguesas, a administração pública foi novamente centralizada dando continuidade ao interminável embate entre centralistas e descentralistas e a liberdade de imprensa restrita.<sup>48</sup>

O Cabralismo elevou a instabilidade política ao seu ápice. Em sua oposição confluíram todos os setores políticos do período, desde cartistas moderados até setembristas e mesmo miguelistas. Todos se uniram pela causa comum de derrubar Costa Cabral que,

---

<sup>44</sup> SARAIVA, 1993, p.403.

<sup>45</sup> SANTOS. In. COSTA; DOMINGUES; MONTEIRO, 1989, p.149 et seq.

<sup>46</sup> POLICARPO. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p. 617.

<sup>47</sup> SANTOS. In. COSTA; DOMINGUES; MONTEIRO, op. cit., p.151.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 151 et seq.

embora não fosse o chefe do gabinete, era a grande força motriz do governo por eles considerado despótico e corrupto.<sup>49</sup> Contudo, seria na verdade ao atingir a população mais humilde, alijada do jogo político, que o cabralismo encontraria seu fim.

Em 28 de setembro de 1844, foi publicada a lei que proibia o enterro dos mortos no interior das igrejas e a determinação para a construção de cemitérios. A nova lei apenas veio para regulamentar o decreto de 21 de setembro de 1835, mas a sua recepção, particularmente entre os mais humildes ainda muito apegados ao catolicismo não foi nada positiva. O descontentamento com a medida levou à revolta popular da “Maria da Fonte”, que perpassou da questão religiosa e se tornou um movimento contestatório do autoritarismo do governo.<sup>50</sup> A revolta acabou levando Costa Cabral ao exílio e desestruturou a ordem política, que caminhou para uma nova guerra civil conhecida como “Patuleia” e que tomou conta do país. A situação apenas se estabilizou com a interferência da Quarta Aliança e a assinatura de paz na convenção de Gramido, em 30 de junho de 1847.

Costa Cabral ainda tentaria retornar como protagonista na cena política ao ser convidado a assumir novo gabinete como Presidente do Conselho de Ministros, em julho de 1849. Contudo, cairia definitivamente com a revolta de 1º de maio de 1851 liderada pelo Marechal Saldanha e que ficou conhecida como a “Regeneração”. Foi o movimento que finalmente acabou com a convulsão política generalizada instalada no país desde 1820, dando estabilidade à monarquia constitucional e consolidando definitivamente a lei fundamental do regime na Carta Constitucional de 1826.

Encerrava-se, assim, o intenso período liberal de 1834 a 1851. Em que pese a grande instabilidade política que o caracterizou, foi fervilhante nas reformas do Estado, que se mantiveram constante durante todos os gabinetes ministeriais, quer mais moderados ou radicais. Foi um claro momento de experimentações, sendo efetivamente responsável por consolidar o liberalismo em terras portuguesas. Sua maior marca foi o anti-clericalismo, com a abolição dos monastérios e nacionalização dos bens da Igreja, não se confundindo, todavia, necessariamente anti-religioso.<sup>51</sup> Isso permitiu que o Estado tomasse de conta de assuntos antes reservados à Igreja. Além do já referido enterro dos mortos, o Estado tomou para si a responsabilidade da assistência aos pobres.<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> MARQUES, 1998, p.40.

<sup>50</sup> MARQUES, 1998, p. 41.

<sup>51</sup> POLICARPO. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.609.

<sup>52</sup> Ibidem, p.609 et seq.

Mais além, ao abolir as corporações de ofício, a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fabricas e Navegação, além de outros entraves à liberdade comercial, os gabinetes liberais dinamizaram o setor industrial, deixando-o livre para a formação de uma nova burguesia e da classe proletária. Por fim, o sistema educacional, considerado calamitoso pelos próprios agentes políticos, foi remodelado com o Estado assumindo também essa responsabilidade. Os ensinos primário, secundário, técnico e superior foram expandidos com a criação de escolas, liceus e escolas politécnicas pelo país, com o objetivo de diminuir o gigantesco analfabetismo da população e preparar a população para as novas relações de trabalho.<sup>53</sup>

### **1.3. As regras da estabilidade**

Ao retirar o Cabralismo do poder, a Regeneração tinha tudo para ser mais um dentre tantos outros golpes de Estado que haviam até ali ocorrido. Com ela subiu ao poder uma nova geração de políticos que poderiam se comportar como mais uma facção liberal, levando à continuidade das inimizades e a debilidade da monarquia constitucional. Porém, diferentemente do que havia ocorrido até aquele momento, ela propôs um pacto capaz de amarrar os vários agentes políticos e estabelecer a tão sonhada estabilidade da qual usufruiriam os filhos de D. Maria II.

Os vários grupos políticos tinham em comum a ideia de levar o Estado ao progresso e à modernização do liberalismo burguês que se alastrava pela Europa. O que faltava era apenas uma estrutura política que fosse capaz de contemplar os agentes políticos mais atuantes. A Carta Constitucional era documento gerador das maiores intrigas e para poder se tornar efetivamente a lei fundamental do país era necessário que se remodelasse nos seus aspectos mais litigiosos, fato que a Regeneração vai conseguir ao aprovar a sua modificação pelo Ato Adicional, em 5 de julho de 1852.<sup>54</sup>

Ao emendar a constituição, o Ato Adicional não tocou nos instrumentos garantidores do poder real, ou seja, o Poder Moderador e a Câmara dos Pares do Reino, vitalícia e hereditária. Porém, modificou as atribuições do Poder Legislativo, lhe concedendo o direito de constituir comissões de inquérito para fiscalizar os atos do Poder Executivo.<sup>55</sup> As Cortes, que eram o Legislativo em nível nacional, ganhavam a competência para designar ou eleger a regência, de aprovarem tratados internacionais em que Portugal participasse e de votar

---

<sup>53</sup> MARQUES, 1998, p.103-147 *passim*.

<sup>54</sup> SARAIVA, 1993, p. 421.

<sup>55</sup> *Ibidem*, loc. cit.

anualmente sobre a ordem tributária do reino.<sup>56</sup> Além disso, o Ato Adicional estabeleceu a eleição direta, histórica reivindicação setembrista, que havia sido regulamentada pela Constituição de 1838, e alterou o sistema eleitoral, reduzindo para 100\$000 (Cem mil Réis) a confirmação de renda necessária para se poder votar, ampliando o número de eleitores.<sup>57</sup>

A partir da Regeneração, as forças e facções políticas se agruparam pela primeira vez em partidos políticos, os quais se tornaram as bases do novo sistema político. As novas elites políticas que ascendiam ao poder, embora se identificassem no primeiro momento como uma oposição a Costa Cabral, estando mais a esquerda, uniram-se aos cartistas moderados e cabralistas formando o Partido Regenerador, situado num pólo político mais conservador. Do outro lado, as forças setembristas e todos aqueles que se opunham ao partido governante formaram o Partido Histórico.<sup>58</sup> Com essa nova configuração, as grandes forças políticas passariam a disputar o poder no ambiente do parlamento, finalmente abandonando as armas e a constante busca pelo favoritismo da monarquia. Por sua vez, esta compreenderia muito bem qual seria o seu novo papel para a consolidação da estabilidade política.

Uma verdadeira aliança foi firmada pelos dois grandes partidos, de modo que ambos pudessem regulamentar o jogo político e o status de situação e de oposição: o Rotativismo Partidário. Assim, quando um gabinete de determinado partido encontrava dificuldades, o monarca, pelo uso do Poder Moderador, o demitia, dissolvia o parlamento e convocava novas eleições a serem organizadas pelo partido da oposição.<sup>59</sup> Num ambiente de verdadeiro caciquismo e intensa fraude eleitoral era certo que quem preparava as eleições sempre ganhava.<sup>60</sup> Estruturava-se assim a estabilidade da monarquia constitucional portuguesa, num jogo político muito similar ao que acontecia no Segundo Reinado do Brasil, o qual a historiografia brasileira apelidou de parlamentarismo às avessas.

Visivelmente viciando a política da época, o Rotativismo mal acostumou os partidos, na medida em que era certo para os seus representantes que sempre chegaria a sua vez de alcançar o poder. Desse modo, tornava-se constante a atuação ácida e por vezes descompromissada dos partidos rotativistas quando se encontravam na oposição, para assim

---

<sup>56</sup> SARAIVA, 1993, p. 421.

<sup>57</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>58</sup> POLICARPO. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.623.

<sup>59</sup> REIS, António; MAGALHÃES, Ana Maria; ALÇADA, Isabel. *O 5 de Outubro e a Primeira República*. 1ª edição. Alfragide: Editorial Caminho SA, 2010, p.20.

<sup>60</sup> Ibidem, p.18.



desprestigiar o governo e acelerar a sua chegada ao poder.<sup>61</sup> Outro grande aspecto negativo do Rotativismo era sua dependência a essa forte dualidade, não dando espaço para correntes políticas novas, as quais apenas se comprometendo com os grandes partidos poderiam ingressar nas engrenagens da política institucional.<sup>62</sup> Contudo, é possível imaginar que a ocorrência de uma terceira via, quando competitiva, poderia fragilizar a sua estrutura.

Dessa feita, isso realmente acabou acontecendo quando o Partido Popular, depois renomeado de Reformista, novo partido monárquico de oposição, surgiu na década de 1860 e começou a ganhar terreno frente às dificuldades, que tanto regeneradores quanto históricos tinham para lidar com as questões econômicas do período, bem como sua fracassada tentativa em constituir um gabinete híbrido que lançou mão de uma política fiscal que desagradou a população.<sup>63</sup>

Desestruturando a lógica rotativa ao constituírem seus gabinetes, mesmo que curtos, entre 1868 e 1869, os reformistas continuavam a ser uma força diminuta frente aos dois grandes partidos. Pouco depois, ajudaram na recondução da estabilidade quando formaram em 1876, com o Partido Histórico, o Pacto da Granja, que uniu as duas agremiações dando origem ao Partido Progressista. Dessa feita, com os Partidos Regenerador e o Progressista, o Rotativismo Partidário entraria numa nova fase.<sup>64</sup>

Com a Regeneração e a estruturação do Rotativismo, a vida política se tornaria um verdadeiro canal de ascensão social. A política e o poder modelavam-se como áreas capitais para a concretização de ambições pessoais, muitas vezes alcançadas pelo caciquismo partidário ou pela promoção jornalística.<sup>65</sup> Nas palavras da historiadora Suzana Serpa Silva:

“Prósperos industriais, importantes banqueiros, influentes negociantes, oriundos de famílias distintas ou apenas respeitáveis, consolidaram o seu processo promocional, bem como as mais íntimas quimeras pessoais, com a atribuição de títulos ou de relevantes cargos públicos. Alguns de origens humildes, mas formados em leis, por força de seu mérito e empenho pessoal atingiram lugares cimeiros na vida política nacional.”<sup>66</sup>

A estabilidade trouxe junto o ideal do “político notável”. A hombridade, assim como todas as positivas características morais como honra, fidelidade a pátria, retidão e honestidade

---

<sup>61</sup> SARAIVA, 1993, p.424.

<sup>62</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>63</sup> Ibidem, p.425.

<sup>64</sup> MARQUES, 1998, p.87.

<sup>65</sup> SUZANA. In. MATTOSO, José. (Dir.); VAQUINHAS, Irene. (Coord.). *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p.412.

<sup>66</sup> Ibidem, p.412 et seq.

eram formadoras do perfil político ideal da grande figura pública.<sup>67</sup> Era, contudo, uma faca de dois gumes. Se por um lado a existência dessas qualidades promovia a exaltação de determinados políticos, a sua ausência era razão de achincalhamento tanto por parte da oposição parlamentar quanto do meio midiático.

Portanto, ser um político monárquico, um Presidente do Conselho de Ministros em especial, tornava-se grande sinal de prestígio para a classe burguesa ascendente e sem privilégios. Na segunda metade do século XIX, essa mesma burguesia já dominava a cena política e, por vezes, recusava o recebimento de títulos de nobreza, refletindo, assim, a decadência da aristocracia que cada vez mais deixava de chefiar os gabinetes.<sup>68</sup> Solidificava-se a sociedade burguesa em Portugal, que, no comando do governo, vai continuar a dar impulso reformista ao país, seguindo a moda e os fundamentos da *Belle Époque* europeia.

Se, no período liberal de 1834 a 1851, as reformas se consubstanciaram fortemente na produção legislativa, dismantando a ordem do Antigo Regime e alargando as competências do Estado liberal, que depois as repartiu em várias frentes, no período posterior à Regeneração o que se seguiu foi uma verdadeira modificação da paisagem social portuguesa. As obras de infraestrutura em estradas de ferro e nas comunicações foram o carro forte desse processo, promovendo grande êxodo rural.<sup>69</sup> Arelada a elas, como também ideal de civilização, foi sendo realizada a modernização dos grandes centros urbanos com a reestruturação das redes de luz, água, telefone e telégrafos.<sup>70</sup> A salubridade e a higiene, outra preocupação da época era operada de maneira desigual, seguindo o rumo do capitalismo liberal do século XIX, promovendo a estratificação social do espaço urbano. No caso dos prédios, assim como em Paris, em Lisboa a hierarquia se dava com base no andar que se ocupava. Quanto mais próximo do chão e distante do acesso direto à rua, mais insalubre.<sup>71</sup>

Entretanto, foi precisamente no momento em que a monarquia constitucional gozava de maior estabilidade que começou a ser estruturada a oposição que pregaria o seu fim. A modernização pela qual Portugal passava, principalmente na área educacional, produziu novas elites intelectuais como a chamada Geração de 1870, cujos destaques eram Eça de Queirós, Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, Oliveira Martins e Guerra Junqueiro.<sup>72</sup>

---

<sup>67</sup> SUZANA. In. MATTOSO, 2011, p.412 et seq .

<sup>68</sup> MARQUES, 1998, p.138.

<sup>69</sup> SARAIVA, 1993, p.434.

<sup>70</sup> POLICARPO. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.626.

<sup>71</sup> CASCÃO. In. MATTOSO, 2011, p.31-45 passim.

<sup>72</sup> MARQUES, 1998, p.155.

Em sua maioria formados pela Universidade de Coimbra, foram os representantes perfeitos da nova sociedade burguesa e liberal engendrada pela monarquia constitucional, porém, contra ela iriam se voltar.<sup>73</sup>

Diferentemente do que aconteceu na Primavera dos Povos, com a rápida desilusão de republicanos e socialistas devido ao golpe que transformou o presidente Luis Bonaparte no Imperador Napoleão III, o estabelecimento efetivo da Terceira República Francesa em 1870 animou consideravelmente a parcela da intelectualidade portuguesa que desde 1848 flertava com as ideias republicanas. É nesse contexto que a Geração de 1870 vai organizar, com intuito de debater vias alternativas ao regime monárquico, as Conferências Democráticas do Cassino de Lisboa, realizadas entre 22 de março a 26 de junho de 1871.<sup>74</sup>

Pouco tempo depois, os debates entre os opositores da monárquica começaram a gerar frutos. Em 10 de janeiro de 1875 foi criado o Partido Socialista Português. Aconselhados pelo congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores três anos antes, os socialistas fundaram o primeiro partido político português que não era monárquico, sendo sua direção confiada a José Fontana, Antero de Quental e Azedo Gneco.<sup>75</sup> No ano seguinte, em 25 de abril de 1876 foi fundado o Centro Eleitoral Republicano Democrático, momento considerado pela historiografia portuguesa como fundação do primeiro partido republicano em Portugal.<sup>76</sup>

O Partido Republicano Português (PRP) se inspirava no positivismo comteano. Teófilo Braga, membro da geração de 1870, republicano, futuro chefe do governo provisório e segundo presidente da República Portuguesa, ao ensaiar sobre as ideias republicanas no país ainda no final do século XIX expõe bem essa influência ao questionar o porquê da superioridade da República:

“... Por outras palavras: como se há de constituir e governar uma sociedade largamente civilizada. Não há a aproveitar das teocracias, quando essas sociedades nada esperam da providência; coisa alguma das dinastias, quando elas no exclusivismo do poder só serviam os seus interesses de família. Tal é a face negativa do problema no século XIX, problema que legaremos aos nossos vindouros, porque o século vai adiantando, problema cuja solução moderna está preparada pela organização da Sociologia, isto é, a submissão dos factos sociais ao critério científico (sic).”<sup>77</sup>

Por fim, quanto ao que se esperar do futuro do país, conclui:

---

<sup>73</sup> MARQUES, 1998, p.154.

<sup>74</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>75</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.20.

<sup>76</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>77</sup> BRAGA, 1983, p.155.

“A República tende a estabelecer-se entre os povos da civilização latina, e para esta pobre nacionalidade portuguesa quase fora da vida histórica, essa transformação torna-se uma condição de autonomia, de progresso, enfim, de revivescência (sic).”<sup>78</sup>

Tendo o registro aceito pelo rei D. Luís I, o PRP rapidamente se organizou para participar da vida política do país. Em 1878, participou de sua primeira eleição, conseguindo uma cadeira na Câmara dos Deputados ao eleger Rodrigues de Freitas pelo círculo do Porto, o primeiro deputado republicano da história de Portugal.<sup>79</sup> A sua eleição animou os republicanos que intensificaram os comícios de rua, os debates, a crítica aberta aos gastos da família real, as fraudes eleitorais e tudo mais que remetesse ao governo.<sup>80</sup> Contudo, seria apenas nas comemorações do tricentenário da morte de Camões que os republicanos se mostrariam verdadeiramente para a sociedade.

Em 1880 seriam completados 300 anos da morte de Luís Vaz de Camões, maior poeta da língua portuguesa. Atinentes ao ímpeto nacionalista do final do século XIX, os republicanos propuseram ao governo a organização de um grande festejo pelo tricentenário, que se estenderiam entre por três dias. O governo progressista, naquele momento chefiado por Anselmo José Braancamp, no receio de envolver numa iniciativa apoiada com entusiasmo pela oposição, não participou, assim como a família real, porém não proibiram a festa.<sup>81</sup>

No dia 8 de junho, efetuou-se o traslado dos restos mortais de Camões e Vasco da Gama para o Mosteiro dos Jerónimos. No dia 9, uma sessão pública na Academia Real das Ciências foi realizada, além de recitais no teatro D. Maria de poemas escritos para a ocasião. Por fim, no dia 10, realizou-se um cortejo cívico em que foram depositadas coroas de flores pelos cidadãos como prova de respeito e reconhecimento ao ilustre poeta.<sup>82</sup> Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Emídio Garcia e outros republicanos organizadores do evento tentaram conferir-lhe uma conotação cívica, inspirada na doutrina positivista.<sup>83</sup> Catroga, citado por Jorge Botelho Moniz, esclarece sobre a atmosfera:

“apropriaram-se do Épico, símbolo de um período de grandeza pátria, para em contraponto fazerem emergir o estado de decadência da sociedade portuguesa, responsabilizando, ainda que implicitamente, a Monarquia e, em particular, a Casa de Bragança por essa situação.”<sup>84</sup>

---

<sup>78</sup> BRAGA, 1983, p.155.

<sup>79</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.21.

<sup>80</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>81</sup> Ibidem, p.23.

<sup>82</sup> MONIZ, Jorge Botelho. *A Caminho da República: Imagens que mudaram a face da opinião pública portuguesa*. 1ª edição. Coimbra: Tenacitas, 2014, p.34.

<sup>83</sup> Ibidem, loc.cit.

<sup>84</sup> CATROGA, 2000 apud MONIZ, 2014, p.34.

Unindo grande parcela da sociedade portuguesa numa atmosfera de festa em várias regiões do país e sem contar com a presença da monarquia e demais representante do poder, o tricentenário da morte de Camões foi um verdadeiro sucesso para a causa republicana, sendo mesmo considerado como a primeira grande manifestação pública de suas ideias.<sup>85</sup> Além disso, o evento destacou como instrumentos da propaganda republicana os jornais e, neles, o uso caricaturesco das imagens, que se tornariam constantes durante todo o processo de luta contra a monarquia.<sup>86</sup>

Excelente exemplo dessa propaganda são as ilustrações de Rafael Bordalo Pinheiro na edição de junho de 1880 de seu jornal O António Maria. De forma jocosa, o artista ataca a monarquia, devido a sua ausência nas comemorações do Tricentenário e deixando a manifestação patriótica sob liderança dos republicanos. Na Figura 1, Camões é apresentado utilizando um barrete frígio, um dos símbolos mais famosos do republicanismo, e agradecendo ao rei D. Luis I e a Fontes Pereira de Melo, aquela altura líder dos regeneradores, pelo seu não comparecimento.<sup>87</sup> Na legenda da gravura se lê: *“Camões agradece aos altos poderes do estado não terem ido a sua procissão e terem-n’o feito republicano com o que muito ganhou a Idea”*. Na figura 2, a provocação continua, conforme demonstra a legenda: *“Camões tendo sabido que o chefe do estado não foi na procissão cívica em consequência de ser um rei constitucional, passa a examinal-o e reconhece na verdade que um rei n’estes termos tem obrigação de ser de palha”*.

Dois anos depois, os republicanos voltariam às ruas para comemorar o centenário da morte do Marquês de Pombal. Exaltando a expulsão dos jesuítas ocorrida no período pombalino, levaram a pauta anticlerical que lhes era característica.<sup>88</sup> Contudo, como já foi referido, o tricentenário de Camões acabou sendo mais representativo por ser o primeiro momento de apresentação mais efetiva dos republicanos para a sociedade portuguesa. Ao relatar sobre o evento, Teófilo Braga expôs o que se poderia esperar após ele:

“Como resultado de influência disciplinadora da filosofia, o Centenário de Camões ainda não produziu todos os efeitos nele implícitos; cada ano que passa virá dar relevo a novas sugestões dele derivadas, e se algumas palavras podem definir bem esse extraordinário sucesso, são as que correm em todas as bocas – uma era nova.”<sup>89</sup>

---

<sup>85</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.25.

<sup>86</sup> MONIZ, 2014, p.19.

<sup>87</sup> MONIZ, 2014, p.45.

<sup>88</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, loc. cit.

<sup>89</sup> BRAGA, 1983, p.165.

## 2. QUEDA DA MONARQUIA

### 2.1. O início do fim.

Nascido em Lisboa, mais especificamente no Palácio da Ajuda, em 28 de setembro de 1863, D. Carlos viria numa boa hora para a Casa Real Portuguesa. Filho do rei D. Luís I, representava o tão desejado rejuvenescimento da família real e a segurança do sistema dinástico de D. Maria II, frente ao ramo miguelista.<sup>90</sup> O Príncipe Real cresceria num ambiente de intensa expectativa, tendo sido sua juventude marcada por um dos momentos de maior estabilidade da monarquia constitucional. O Rotativismo Partidário estava no seu auge e Portugal colhia os frutos da política modernizante de Fontes Pereira de Melo. Nessa atmosfera de tranquilidade, casou-se com Amélia de Orleães, filha primogênita do conde de Paris, em 1886, e em 21 de março de 1887 viu nascer seu primeiro filho, D. Luís Felipe. Muito promissor parecia que viria a ser o seu reinado.

D. Carlos subiria ao trono em 19 de outubro de 1889 com 26 anos de idade e, desde os primeiros instantes, perceberia que os momentos de tranquilidade do reinado de seu pai haviam chegado ao fim. Em 15 de Novembro de 1889, dias após se tornar rei e no dia de nascimento de seu segundo filho o infante D. Manuel, D. Carlos foi surpreendido com a proclamação da república no Brasil e a deposição de seu tio avô D. Pedro II. Não só a monarquia, mas a classe política em geral ficaram estarecidas com tal fato que nunca lhes havia passado pela cabeça, tendo o rei de imediato providenciado que o exilado imperador do Brasil fosse acolhido na ilha de Cabo Verde e que ele, junto com a família real brasileira, fossem posteriormente para Lisboa.<sup>91</sup> D. Pedro II permaneceu na capital para ver o batismo de D. Manuel e a coroação de seu sobrinho neto. Partiu depois com a família para o Porto, onde a imperatriz Teresa Cristina veio a falecer e seguiu, por fim, para a França.

A proclamação da república no Brasil foi entusiasticamente saudada pelos republicanos portugueses que ofereciam jantares e sessões de honra pela chegada do diplomata e novo ministro do Brasil em Lisboa, o Dr. Pedro de Araújo Beltrão.<sup>92</sup> Assim, era de fato extremamente desconfortável para a monarquia portuguesa o fim do Império do Brasil e de um braço da Dinastia de Bragança, mas a dor de cabeça viria mesmo um ano depois e não seria a partir da América e sim da África.

---

<sup>90</sup> NUNES. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.733.

<sup>91</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal Volume X: A Queda da Monarquia (1890-1910)*. 2ª edição. Lisboa: Verbo, 2003, p. 299.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 300.

Como é de conhecimento, a segunda metade do século XIX teve como um de seus maiores símbolos o interesse crescente pela colonização da África e da Ásia, construindo as nações europeias vastos impérios que engrandeciam seu peso diplomático na Europa e no resto do mundo. Com relação a África, a ocupação ia ocorrendo de modo irregular, envolvendo não só os governos europeus, como companhias de comércio, instituições culturais, congregações missionárias e até aventureiros, de modo que era comum a ocorrência de atritos<sup>93</sup>. Sob o pretexto de regular os problemas de ocupação da bacia do Congo, depois expandida para estabelecer regras efetivas de ocupação do território africano, o chanceler alemão Otto Von Bismarck reuniu vários países europeus na Conferência de Berlim, inaugurada no dia 15 de novembro de 1884.<sup>94</sup> Sendo presente há séculos no continente, Portugal foi naturalmente convidado a se fazer presente nas negociações, levando até a capital alemã uma delegação constituída por Luciano Cordeiro, António de Serpa Pimentel e o marquês de Penafiel.

A conclusão dos três meses de trabalho da conferência veio a termo no Ato Geral de Berlim, que derogava os tratados bilaterais anteriores de delimitação de esferas de influência e concessões anteriormente negociadas com os chefes locais.<sup>95</sup> De acordo com o que estipulava o ato, triunfava a regra da ocupação efetiva, ou seja, daquela exercida com efetiva e respeitada autoridade, frente a outros princípios como o do “direito histórico”, reivindicado pelos portugueses.<sup>96</sup> Assim, Portugal ficou com os domínios da Guiné Equatorial, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

Contudo, se por um lado o estabelecimento da regra da ocupação efetiva desagradou Portugal, por outro estimulou o sonho do “mapa cor-de-rosa”, nada mais do que a submissão à autoridade portuguesa de Angola, Moçambique e o território que os separavam,<sup>97</sup> conforme se pode observar na figura 3. O governo português comunicou às potências europeias os seus planos, tendo obtido a aprovação da França e da Alemanha. A Inglaterra ficou em silêncio. O projeto representava um obstáculo ao plano colonial de Cecil Rhodes de ligar a África britânica do Cabo ao Cairo. Entretanto e talvez por ter entendido o silêncio como aceitação tácita, Portugal deu continuidade ao plano, de modo, multiplicaram-se as expedições de reconhecimento para promover posterior ocupação.

---

<sup>93</sup> PINTO, Jaime Nogueira. *Nobre Povo: Os anos da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p.54.

<sup>94</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>95</sup> Ibidem, p.55.

<sup>96</sup> SARAIVA, 1993, p.463.

<sup>97</sup> Ibidem, loc. cit.

Era em Moçambique que os planos portugueses se chocariam com os interesses britânicos. Entre 1887 e 1889 ocorreram expedições chefiadas por Paiva de Andrade, António Maria Cardoso, Serpa Pinto e Victor Cordon para reconhecer e ocupar as regiões de Manica, Zambézia e Niassa, chocando-se com a área de expansão britânica. A tribo dos macololos na zona do Chire e do Niassa foi atacada pela expedição portuguesa comandada por Serpa Pinto e a Inglaterra, sob o pretexto defender os povos que estavam sob sua proteção, acusou o governo português de ter invadido áreas sob o protetorado da Coroa Britânica.<sup>98</sup> Começou o um impasse entre os governos com Serpa Pinto defendendo os limites da expedição e relatando que os macalolos atacavam sob ordem britânica e a opinião pública inglesa acusando Portugal de descontrolo dos seus domínios e maus tratos aos negros.<sup>99</sup>

No dia 11 de janeiro de 1890, Londres enviou uma resposta sob a forma de ultimato: ou o governo português retirava imediatamente todas as suas forças militares da região ou seria declarada guerra contra o país, insinuada na ameaça de retirada do embaixador inglês em Lisboa e no envio de treze navios de guerra para Moçambique e mais doze para bloquear o rio Tejo e tomar as ilhas da Madeira e de São Vicente.<sup>100</sup> Poucas eram as nações no final do século XIX que tinham condições de entrar numa guerra contra a Inglaterra e Portugal certamente não era uma delas. A única solução para o gabinete ministerial de José Luciano de Castro e para o Conselho de Estado era ceder e assim se fez.

O “Ultimatum”, ao expor escancaradamente a realidade frágil de Portugal no concerto europeu, ocasionou a explosão de inúmeros protestos e manifestações populares, abrindo uma crise terrível sobre o regime monárquico. A indignação tomou conta das ruas com a opinião pública voltando-se enfurecidas contra a Inglaterra e o governo institucional por ter permitido a humilhação do país ao invés de lutar por seus interesses. Nem o rei ficou ileso às manifestações e embora se soubesse que enquanto monarca constitucional podia fazer muito pouco para resolver o conflito, sua passividade frente a afronta do ultimato foi encarada como fraqueza política, tendo os republicanos lhe acusado de ser vassalo da Coroa Britânica, se valendo dos laços sanguíneos de D. Carlos com a casa de Saxe-Coburgo-Gota.<sup>101</sup>

Contudo, o rei não ficou de braços cruzados quando a crise explodiu e na tentativa de mostrar para a sociedade que se sentia tão ofendido com o ultimato como qualquer português,

---

<sup>98</sup> PINTO, 2010, p.56.

<sup>99</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>100</sup> NUNES. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.744.

<sup>101</sup> Ibidem, p.745.



devolveu as condecorações conferidas pela Inglaterra e contribuiu com quarenta contos de réis para a Grande Subscrição Nacional criada com o intuito de reestruturar as forças armadas do país.<sup>102</sup> Porém, nada disso impedia o desgaste de sua imagem.

A figura 4 elucida bem a atmosfera de inferioridade nacional que impregnou a imprensa e a sociedade nesse momento de crise. John Bull (o povo inglês) levanta as armas sobre um Portugal tão idoso que necessita da ajuda de uma bengala para se manter de pé. Ao fundo, se vê a figura do rei D. Carlos visivelmente atrapalhado, nem tendo colocado direito a coroa em sua cabeça.<sup>103</sup>

O gabinete progressista de José Luciano de Castro não conseguiu resistir à bomba política do ultimato e foi destituído dois dias depois. Seguindo a lógica rotativa, D. Carlos chamou para o governo Serpa Pimentel, líder do Partido Regenerador, que teria a difícil tarefa de achar uma solução para a delicada situação. O governo investiu fortemente na política externa africana e se propôs a negociar um tratado com a Inglaterra sob os domínios de ambos os países na região em litígio, ação que ficaria a cargo do ministro dos negócios estrangeiros, Ernesto Hintze Ribeiro.

Em agosto de 1890, a Inglaterra assinava o tratado que determinou a perda para Portugal do Chire e de uma parte do lago Niassa.<sup>104</sup> De se esperar, a opinião pública portuguesa não reagiu nada bem e a situação só ficou mais instável quando o tratado foi levado às Cortes que decidiram pela sua rejeição. O gabinete de Serpa Pinto recebia assim um gigantesco voto de desaprovação e não conseguiu se manter. O Rotativismo Partidário foi, em verdade, a primeira vítima da crise do *Ultimatum*. Para o novo gabinete, assumia João Crisostomo, que optou pela configuração de um governo extrapartidário.<sup>105</sup>

De todas que se indignaram com o Ultimato, a cidade do Porto se destacou como umas das principais. Tendo há tempos a presença de uma colônia de ingleses, se sentiu particularmente ferida, com uma população local propensa a apoiar qualquer projeto de repúdio à humilhação sofrida.<sup>106</sup> Em setembro surgiu na cidade o jornal “A República Portuguesa”, cujo título já deixava bem evidente o objetivo de sua atuação. Foi fundado por João Chagas, jornalista que, indignado, como tantos outros, acabou por abraçar a causa

---

<sup>102</sup> NUNES. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.744.

<sup>103</sup> MONIZ, 2014, p.82 et seq.

<sup>104</sup> SERRÃO, 2003, p.30.

<sup>105</sup> Ibidem, p.27.

<sup>106</sup> Ibidem, p.34.

republicana e teria muito a contribuir para ela, pois se tornaria o seu primeiro Presidente do Ministério (primeiro-ministro).

Em suas memórias, João Chagas relata que “A República Portuguesa” começou como um projeto modesto, mas que foi ganhando consistência rapidamente, transformando-se no centro de operações do norte e tendo mesmo dificuldade para chegar ao número de províncias que o reclamavam devido a sua pequena estrutura de redação.<sup>107</sup> O jornal era combativo e não só propagandeava as ideias republicanas como incitava a população, em especial as Forças Armadas, para tomar a frente de um processo revolucionário, encontrando eco na sociedade. Nas palavras de João Chagas: “*O ultimato de 11 de janeiro de 1890 comovera. A política dos governos de então indignara. A nossa propaganda fez o resto. E foi quási inverosímil (sic).*”<sup>108</sup> “A República Portuguesa” foi se constituindo num verdadeiro ponto de alistamento e rapidamente se chegou a conclusão de que a insurreição era eminente, restava apenas saber quando iam fazê-la.

Sobre a relativa passividade com que os poderes institucionais reagiam a um jornal claramente conspirador, num período ainda em que se havia alterado a lei de imprensa devido ao caos da crise, João Chagas relata o seu ponto de vista:

“Quando eu me decidi a publicar as primeiras dessas comunicações estava persuadido de que me impediriam de prosseguir. Mas nesse ano de crise, os governos ou não acreditavam ainda no poder das palavras ou não se sentiam bastante fortes para reprimir, ou talvez, sentindo fugir-lhes o chão debaixo dos pés, abandonavam-se ao azar dos acontecimentos. As inesperadas sublevações populares de 1890, fazendo ver um povo onde parecia que êle(sic) não existia, estabeleceram, com efeito, um grande pânico e deram curso à superstição de que tudo estava concluído.”<sup>109</sup>

Em que pese sua observação, em janeiro de 1891 João Chagas pesou a mão ao publicar novo artigo contra o rei D. Carlos I, o que acabou por levá-lo ao tribunal. Por ter cometido crime contra a honra de Sua Majestade foi condenado a dez dias de prisão na cadeia da Relação do Porto. Sua prisão acabou por esquentar mais os ânimos que há meses já vinham em uma escala crescente. Também em janeiro os dirigentes republicanos escolheram a cidade para realizarem seu primeiro congresso e ao longo do mês reuniões secretas foram surgindo, com os revoltosos decidindo por iniciar sua insurreição expulsando os monárquicos do quartel-general, do governo civil e do edifício onde funcionava o telégrafo.<sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> CHAGAS, João. *Trabalhos Forçados: Volume 1*. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1926, p.57.

<sup>108</sup> Ibidem, p.60.

<sup>109</sup> Ibidem, p.58.

<sup>110</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.35.

O movimento, liderado pelo advogado e maçom Augusto Manuel Alves da Veiga, conseguiu a adesão, além de populares, de vários profissionais liberais da cidade e de sargentos e soldados que se encontravam descontentes com a nova lei que prejudicava as suas carreiras militares. Quanto ao oficialato, aderiram apenas o capitão Antônio do Amaral Leitão, o tenente Manuel Maria Coelho e o alferes Augusto Rodolfo da Costa Malheiro, o que proporcionava o comando do Regimento de Infantaria nº 10 e de Caçadores nº 9.<sup>111</sup> No dia 30 de janeiro, Alves da Veiga foi visitar João Chagas na prisão e lhe confirmar os boatos: se rebelariam no dia seguinte.

Na madrugada de 31 de janeiro de 1891 a tropa de Caçadores nº 9, aquartelada na rua das Taipas, da Infantaria n.10 na Torre da Marca, além de alguns praças rebeldes da Guarda Fiscal marcharam para o Campo de Santo Ovídio. Os revoltosos tinham a intenção de tomar o Regimento de Infantaria nº 18, mas seus homens, mesmo pressionados, escolheram não aderir.<sup>112</sup> Os revoltosos chegaram à Câmara Municipal às seis horas da manhã e a tomaram. Uma hora depois Alves da Veiga anunciava da sacada para toda a população que a República havia sido proclamada e que uma nova era havia chegado, prosseguindo com os nomes daqueles que iriam assumir o governo provisório. Posteriormente, marchou a multidão para a Praça da Batalha ao som de “A Portuguesa”, futuro hino nacional, na intenção de tomar a estação de correios e telégrafos.

Entretanto, a ação extremamente confiante dos revoltosos se mostrou muito precipitada, não estando eles suficientemente organizados, nem possuindo apoios necessários dentro e fora da cidade ou mesmo precauções para enfrentar uma resistência.<sup>113</sup> Quando chegaram à praça, próximos a igreja de Santo Ildefonso, foram surpreendidos pelas tropas fiéis à monarquia, que do alto da Rua Santo António, lhes abriu fogo. Avançando sobre os revoltosos em debandada, as tropas legalistas conseguiram retomar a Câmara e o controle da cidade, transformando a revolta republicana do Porto numa verdadeira intentona que nasceu e morreu no mesmo dia.

As notícias da revolta rapidamente tomaram conta do país num tom geral de reprovação, inclusive do PRP, que acreditava ter ela prejudicado a sua propaganda de atingir o poder pela via institucional, fato que lhe rendia apoio da opinião pública. Por sua vez, o governo agiu rapidamente, mandando reforços para o norte do país e suspendendo as

---

<sup>111</sup> PINTO, 2010, p.58.

<sup>112</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>113</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.38.

garantias individuais no distrito do Porto.<sup>114</sup> Por fim, navios foram atracados no porto de Leixões, às margens do rio Douro, para servir ao julgamento dos envolvidos e encerrar de vez o episódio de 31 de janeiro que, embora fracassado, representou o fim de um período de paz iniciado com a Regeneração e indicava uma ruptura no sistema.<sup>115</sup>

## **2.2. O último grande ciclo do Rotativismo**

Controlado o conflito no norte do país, o gabinete de João Crisóstomo ainda tinha de dar solução ao problema com a Inglaterra. Com a falta de aceitação do tratado de agosto de 1890 pelas Cortes, o governo inglês aceitou uma renegociação, que chegou a termo em 28 de março de 1891. Assim, a Inglaterra reconheceu os domínios portugueses com mínimas diferenças com relação ao tratado anterior, mas dessa vez o parlamento português não tinha muito como rejeitá-lo, visto que sua primeira recusa havia colocado o país numa posição de descrédito.<sup>116</sup> Após isso, passou o bastão para José Dias Ferreira, político independente que constituiu um gabinete apelidado de “Vida Nova”, cuja composição novamente fugia da estrutura rotativa.

Foi no gabinete de Dias Ferreira, que ocorreram as comemorações do IV centenário do descobrimento da América no reino da Espanha e que muito bem iam fazer a sociedade portuguesa naquele momento. Ocorre que a Espanha convidou Portugal para participar do festejo, tendo o país direito a várias salas de exposição, além de presença nos congressos científicos que aconteceriam na cidade de Madrid. O rei D. Carlos e a rainha D. Amélia compareceram aos festejos sendo recebidos na capital espanhola com a maior gentileza.<sup>117</sup>

Tendo Portugal sido tratado como um igual pelo irmão ibérico, o centenário envaideceu a opinião pública portuguesa e trouxe de volta o orgulho que o país havia perdido na crise do *Ultimatum*. Como resposta, o cenário político finalmente esfriou e os partidos do rotativismo entenderam que aquela era a senha para o fim da trégua política.<sup>118</sup> Com o Partido Regenerador tendo a maioria na Câmara, compreendia-se que aquele era o seu momento de regressar ao poder, o que foi efetivado com a escolha de Hintze Ribeiro à Presidência do Conselho de Ministros, no início de 1893.

---

<sup>114</sup> SERRÃO, 2003, p.35 et seq.

<sup>115</sup> PINTO, 2010, p.59.

<sup>116</sup> SERRÃO, op. cit., p.39.

<sup>117</sup> Ibidem, p.51.

<sup>118</sup> Ibidem, loc. cit.

Participante no Tratado com a Inglaterra de 1890, na condição de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ernesto Hintze Ribeiro inauguraria um novo ciclo do Rotativismo ao receber o voto de confiança do rei para constituir um gabinete regenerador em detrimento de Serpa Pimentel, que naquele momento ainda era o líder do partido. Durante treze anos, Hintze Ribeiro, pelos regeneradores, e José Luciano de Castro, pelos progressistas, revezariam a chefia dos ministérios tendo cada um constituído gabinetes intercalados.<sup>119</sup> Sob um ar de normalidade institucional, consolidariam a posição portuguesa na África, mas, concomitantemente, construiriam um período de agitação das bases políticas.

Durante o primeiro gabinete de Hintze, novidades chegaram sobre a situação de Moçambique, o que colocaria novamente a África no centro da política do país. Na região da África Oriental Portuguesa, a intensificação da dominação e o endurecimento das relações com os povos africanos após a Conferência de Berlim sofriam a resistência do Império Vátua e de Gungunhana, seu líder, que se negaram a tornar súditos de Portugal, partindo para a ofensiva. Em outubro de 1894 chegaram notícias sobre o cerco que estava se formando à cidade de Lourenço Marques (atual Maputo), com Gungunhana liderando um exército composto de milhares de homens de diferentes tribos e ainda recebendo auxílio de colonos ingleses.<sup>120</sup> A situação era extremamente delicada, pois perder o controle sobre as populações locais era o argumento que as potências europeias poderiam usar contra Portugal para lhe tomarem as colônias. O país deveria agir rápido se quisesse manter sua presença no continente africano.

Naquele período, a administração da colônia ficava instalada na ilha de Moçambique, distante de Lourenço Marques, que ficava ao extremo sul, o que dificultava a resposta portuguesa. Desse modo, a primeira ação de Lisboa foi o envio de tropas expedicionárias de Luanda para a região e, posteriormente, a investidura de António Enes como comissário régio, que, com a experiência em solo africano do capitão Alfredo Freire de Andrade e do primeiro-tenente de artilharia Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, teria a missão de restabelecer a ordem pública.<sup>121</sup> Após se estruturar nos territórios da colônia, liderou o exército português em visível desvantagem numérica e conseguiu neutralizar o adversário.

Contudo, o grande herói da campanha de pacificação de Moçambique acabou sendo o capitão Joaquim Mouzinho de Albuquerque ao protagonizar o episódio mais épico da guerra

---

<sup>119</sup> PINTO, 2010, P.62.

<sup>120</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.43 et seq.

<sup>121</sup> SERRÃO, 2003, p.65 et seq.

para o moral do exército português. Diferentemente de Enes, Mouzinho de Albuquerque, defendia a efetiva captura do imperador vátua como forma mais efetiva de assegurar a paz na região. Depois que o Gungunhana sofreu seguidas derrotas, principalmente na batalha de Coleela, que o desestruturou por completo, fugiu e Mouzinho o seguiu até a região de Chaimite, onde conseguiu capturá-lo.<sup>122</sup>

A campanha portuguesa em Moçambique terminava com um saldo muito positivo para o país e a monarquia, não só porque consolidara sua autoridade na África, como também por ter proporcionado um momento de prestígio para o exército e orgulho para a sociedade. Inspirado nos áureos tempos de Julio César e da República Romana, Mouzinho trouxe Gungunhana e sua família e desfilou com seus grandes troféus pelas ruas de Lisboa, num dos momentos de maior ufanismo em Portugal daquele período.<sup>123</sup> Maior beneficiária de todo o ocorrido, a coroa sob agraciar seus heróis com as maiores condecorações, com Mouzinho assumindo as funções de comissário régio e governador-geral de Moçambique.<sup>124</sup>

Voltando ao cenário interno, o período de 1893-1906 marcaria também a remodelação e fortalecimento do Partido Republicano na política nacional. Os republicanos tinham como questão central a ideia de chegar ao poder pelas vias institucionais, daí aceitarem participar do jogo eleitoral mesmo tendo resultados pontuais e diminutos frente a bancada dos partidos monarquistas. De qualquer modo, a grande fonte de propaganda republicana para cativar a população portuguesa sobre os seus propósitos era, sem dúvida, a imprensa e os periódicos que cresceram muito ao longo do século XIX, de que os republicanos fizeram excelente uso, fundando jornais e apostando na caricatura como arma capaz de construir um discurso satírico e mesmo pedagógico para sociedade, incluindo a maioria composta por analfabetos.<sup>125</sup>

Um dos pontos mais atacados pela imprensa republicana era o jogo eleitoral, marcado pelo caciquismo dos partidos do rotativos e pela intensa fraude. Tocavam muito nos tradicionais jantares de “carneiros com batatas” oferecidos pelo chefe político local em nome de determinado partido ou candidato, de certa maneira, comprando os votos dos eleitores. A figura 5, ao ironizar o processo, revela muito bem a mensagem que se queria passar à população. Na legenda se lê: *“Um polícia: - O verdadeiro eleitor, o guarda das urnas, o presidente da mesa, o sufrágio universal, sou eu! Um galopim: - Ababou-se o meu reinado...*

---

<sup>122</sup> PINTO, 2010, p.74.

<sup>123</sup> Ibidem, p.75.

<sup>124</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>125</sup> MONIZ, 2014, p.17-31 passim.

*Um carneiro: - Vou ser menos comido... Zé Povinho: - E eu? (sic)”. A intenção era clara. Denunciavam não só o simulacro de democracia que era o jogo eleitoral, como a própria preocupação da classe política com o povo, o qual Rafael Bordalo Pinheiro personificou na figura do Zé Povinho, que após as eleições era esquecido e tratado como insignificante. Na figura 6, se vê o complemento dessa análise. Na legenda se lê: “– Ora, porque será que ele cai e nós continuamos de pé?”*<sup>126</sup>

A partir da crise do *Ultimatum*, o republicanismo português começaria a assumir uma forma mais combativa, com a morte dos líderes de sua primeira geração, composta por personalidades cuja formação impedia-os de atacar o rei D. Carlos nas críticas que os mesmos faziam à monarquia, agindo dessa maneira também para não indispor a opinião pública, que era em sua maioria fiel ou nutria simpatia pela família real. Contudo, ao longo da década de 1890, o partido foi crescendo com novas adesões, como as de Afonso Costa, João Chagas, António José de Almeida e muitas outras vindas da Maçonaria (Grande Oriente Lusitano) que mergulhava em peso no republicanismo, mas também da Carbonária, organização secreta de origem italiana de ímpeto mais popular e revolucionário e que foi fundada em Portugal por Luz de Almeida, além de ter sido beneficiado pela anistia de 1893, que trouxe de volta os republicanos exilados.<sup>127</sup>

De qualquer forma, longe estavam os republicanos de serem a única oposição ao sistema naquele momento. Nos anos finais do século XIX, o Rotativismo Partidário estava visivelmente desgastado e vozes foram surgindo dentro dos setores monárquicos de era preciso acabar com ele, pois já não dava mais conta de resolver os problemas do país. O “Fontismo”, período de intensa modernização intra-estrutural do país nos anos após a Regeneração e capitaneados por Fontes Pereira de Melo, trouxe a Portugal os avanços das grandes nações europeias ao custo do elevado endividamento externo. Entre 1850 e 1890, a dívida pública portuguesa saltou de 80 mil para 600 mil contos de réis, correspondendo a 70% do PIB do país.<sup>128</sup>

Em 1898, Inglaterra e Alemanha, sabendo da grave situação financeira, acordaram um empréstimo com o fim de que, se pedido, Portugal não o pagasse, para que assim pudessem tomar e retalhar entre si os domínios de Angola de Moçambique. O estratagema das potências apenas não chegou a se efetivar devido a Guerra dos Bóeres, que obrigou a Inglaterra a pedir

---

<sup>126</sup> MONIZ, 2014, p.104.

<sup>127</sup> SERRÃO, 2003, p.87-89 passim.

<sup>128</sup> MONIZ, 2014, p.67 et seq.

auxílio português nos portos moçambicanos.<sup>129</sup> A crise financeira tornou-se a principal preocupação e era sempre um dos motivos da queda dos gabinetes, já que, na intenção de adotar medidas de austeridade, incentivavam a oposição em desacreditar o governo. Tornaram-se rotineiros os pedidos para que D. Carlos dissolvesse as Cortes e atrasasse as eleições para poderem governar um tempo sem a interferência corrosiva do parlamento, numa demonstração patente de falência do sistema, preso na vaidade dos políticos.<sup>130</sup>

A maior demonstração do ocaso da política daquele momento foi o fim trágico de Mouzinho de Albuquerque. Herói das guerras africanas, recebeu claro favoritismo do monarca e cedo começou a ser vítima do ciúmes e inveja da classe política. Além de o atacarem no parlamento e nos jornais, negavam-lhe os recursos humanos e materiais para os seus projetos em Moçambique. Sentindo-se ofendido com um decreto em julho de 1898, que lhe restringia os poderes e funções, renunciou ao cargo. Posteriormente, foi convidado por D. Carlos para ser professor do Príncipe Real D. Luís Felipe. Passou, então, a usar da posição para aconselhar o rei a assumir uma firme liderança contra a política mesquinha dos partidos, o que acabou lhe gerando nova onda de ataques, desiludindo-se tanto sobre a vida política que o levou ao suicídio, para o estorrecimento geral da nação.<sup>131</sup>

A primeira grande cisão no seio do Rotativismo veio a partir do Partido Regenerador, pela figura de João Franco Castello-Branco. Ministro de Reino do primeiro gabinete de Hintze Ribeiro (1893-1897), pautou sua política no fortalecimento do Poder Executivo e com isso foi tendo vários atritos com o seu chefe, grande defensor do sistema. Não conseguindo achar espaço nas lideranças tradicionais que mais se beneficiavam do jogo político, optou em 1901 por criar um partido para representar as suas ideias: o Partido Regenerador Liberal.<sup>132</sup> Do outro lado, a dissidência seria puxada alguns anos mais tarde por José Maria de Alpoim, Ministro da Justiça no último gabinete de José Luciano de Castro (1904-1906). Entrou ele em conflito direto com o líder de seu partido ao pressioná-lo para bloquear o projeto para o novo contrato sobre os tabacos e, percebendo a ambição de Alpoim, Luciano de Castro o exonerou da pasta da Justiça. Humilhado, abandonou o partido junto com um quarto da bancada, formando a Dissidência Progressista.<sup>133</sup>

---

<sup>129</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.43.

<sup>130</sup> NUNES. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.754.

<sup>131</sup> PINTO, 2010, p.75-77 passim.

<sup>132</sup> SERRÃO, 2003, p.116.

<sup>133</sup> PINTO, op. cit., p.70.



Estava-se em 1906, na aurora do século XX, quando o gabinete de José Luciano de Castro caiu. A condição em que se encontrava o líder do Partido Progressista, hemiplégico, preso a uma cadeira de rodas depois de ter sofrido um acidente vascular, era muito revelador do quão defasado estava o Rotativismo Partidário. Após assumir três gabinetes, tomando o lugar de Serpa Pimentel na liderança dos regeneradores e consolidando seu lugar no panteão dos grandes políticos da monarquia, Hintze Ribeiro não teria mais condições políticas de sustentar um governo com o crescimento das oposições. Dentre elas, a mais bem estruturada era a oposição franquista, que se fortaleceu bastante após pactuar com José Luciano de Castro para tirar Hintze do poder. Esse, por fim, não conseguiu dar prosseguimento à “questão dos tabacos” e sentindo que já não tinha apoio nem das Cortes, nem do rei, pediu demissão. No dia 17 de maio de 1906, D. Carlos chamava João Franco para compor o governo.<sup>134</sup>

### 2.3. João Franco e o projeto Regenerador Liberal

Abertamente defensor do fim do Rotativismo Partidário, João Franco carregou um enorme sentimento de esperança ao subir ao poder. Desde que fundou o Partido Regenerador Liberal, adotou a política de “caçar no terreno do inimigo”, ou seja, do Partido Republicano, congregando em volta de seu nome inúmeros segmentos sociais que se encontravam descontentes com o maniqueísmo político de então, desde intelectuais e profissionais liberais até proletários, tentando quebrar o elitismo característico dos partidos e o apelo popular que os republicanos iam ganhando.<sup>135</sup> Com as eleições de 19 agosto de 1906, obteve 70 cadeiras para o seu partido e 43 para os progressistas, que, em coligação, formavam tranquila maioria frente aos 30 lugares dos regeneradores, 3 dos apoinistas e 4 dos republicanos.<sup>136</sup>

Além disso, quem também tinha muitas expectativas sobre o governo de João Franco era o próprio rei D. Carlos I que, ao convidá-lo por carta para compor o novo ministério, escreveu:

“Tendo o Presidente do Conselho, Cons. Hintze Ribeiro, acabado n’este momento, por carta que acabo de receber e por motivos que de viva voz te exporei, de depôr nas minhas mãos a demissão do Ministerio e desejando eu que n’este momento te encarregues da formação do novo ministério, desejo que aqui venhas falar-me, logo possas, e quanto mais cedo melhor. Há muito a fazer e temos, para bem do Paiz, que seguir por caminho differente d’aquelle trilhado até hoje; para isso conto contigo e com a tua lealdade e dedicação, como tu podes contar com o meu auxilio e com toda força que te devo dar (sic).”<sup>137</sup>

<sup>134</sup> SERRÃO, op. cit., p.116-118 passim.

<sup>135</sup> NUNES. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.768.

<sup>136</sup> PINTO, 2010, p.83.

<sup>137</sup> CASTELLO-BRANCO, João Franco. *Cartas d’El-Rei D. Carlos I*. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1924, p.53.

Porém, já no início, o governo de João Franco levaria um enorme tropeço ao levar às Cortes a afamada “questão dos adiantamentos”. Em síntese, estabeleceu-se no início da Monarquia Liberal que o Estado deveria propor uma dotação à Casa Real para arcar com suas despesas. Ocorre que desde o reinado de D. Maria II o valor estabelecido não era revisto e ao longo do século a moeda havia sofrido forte depreciação. Com o tempo, a coroa então passou a “tomar adiantado” o dinheiro do Erário como forma de equilibrar as suas contas. Fiel aos seus ideais de ruptura com a política do passado e na esteira da intenção de sanar as contas públicas, João Franco achou por bem levar essa questão para ser debatida e efetivamente resolvida pelo parlamento, cometendo um erro político grasso.<sup>138</sup>

Não que a questão fosse uma novidade, na verdade era muito antiga, sendo bem conhecida pelos políticos progressistas e regeneradores, que em anos se revezaram no poder. Mas, para os republicanos, a informação foi estarrecedora e os mesmos não admitiam que, numa situação patente de crise financeira do país, a monarquia tivesse agido anos a fio de modo a prejudicar ainda mais o Tesouro.<sup>139</sup> Tornou-se célebre a indignação do deputado Afonso Costa ao comparar as ações de D. Carlos com aquelas que levaram a ocorrência da Revolução Francesa, fato retratado pela opinião pública conforme se verifica na Figura 7. Na legenda, se lê sua famosa frase, síntese da destruição promovida por ele da imagem do rei: *“Por menos, rolou no cadafalso a cabeça de Luiz XVI!”*. O discurso de Afonso Costa acabou gerando a sua expulsão por alguns meses, fato que nada mais fez do que alimentar a instabilidade política.<sup>140</sup>

A situação havia se exaltando bastante, tendo pouco tempo depois ocorrido uma greve estudantil na Universidade de Coimbra, que, embora sobre um problema pontual relativo a um doutoramento da Faculdade de Direito, logo desaguou para a crítica ao governo de João Franco, tendo recebido a adesão de escolas superiores de Lisboa e do Porto. Embora fosse desejo de D. Carlos governar com o parlamento, as hostilidades dos meios políticos foram levando o governo a cogitar a hipótese de dissolução das Cortes, para isso se valendo da alta popularidade que Franco possuía com o povo.<sup>141</sup> Em carta dirigida ao seu Presidente do Conselho de Ministros, o monarca expunha sua visão do cenário político e qual deveria ser a reação do governo:

---

<sup>138</sup> NUNES. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.768.

<sup>139</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>140</sup> MONIZ, 2014, p.114.

<sup>141</sup> SERRÃO, 2003, p.123.

“Depois da nossa conversa tive varias outras noticias de differentes origens que todas confirmam a maneira de vêr e de proceder em que hontem ficamos de accordo. Vamos por certo ter uma campanha sobretudo contra nós dois, mas para isso é que cá estamos. Campanha baseada na minha carta ao Hintze, e nas tuas antecedentes affirmações. Mas a minha carta ao Hintze não condemna em absoluto as dictaturas. Dizia que n’aquelle momento as não achava convenientes, o que não queria dizer que n’outros, e este é um d’elles, eu não as acceite e, o que é mais, até as ache convenientes e necessarias. E ainda que eu tivesse declarado absolutamente o contrario, diria que não é homem de Estado, nem sabe servir o seu Paiz aquelle que julgando ter affirmado um erro, se não penitenceie d’elle e não esteja prompto, reconhecendo-o, a seguir caminho diverso que julgue opportuno e conveniente. Quanto ás tuas affirmações ... provaste á sociedade, que as quizeste seguir; deste uma sessão parlamentar, nunca vista, mas chegaste ao fim, como chegaram todos aquelles que estão de sangue frio e não levados por mesquinhas considerações pessoas ou partidárias, convencido que não era d’alli que poderia vir o restabelecimento da disciplina social, nem o renascimento do nosso Paiz. N’este sentimento acompanha-te, acompanha-nos, por certo grande parte do Paiz; deixemos, pois, fallar quem falla e continuemos serenamente, com calma, mas com firmeza a nossa obra(sic).”<sup>142</sup>

Ao publicar as cartas que D. Carlos lhe escreveu, João Franco interpreta essa já transcrita como se o rei, na verdade, fosse empurrado para a solução de encerrar as Cortes sem lhe estabelecer novas eleições e como se o verdadeiro culpado dessa medida extrema fosse o próprio parlamento, preso em suas vicissitudes e cego demais para perceber que uma atitude política coesa deveria ser tomada para evitar o constante crescimento dos republicanos na sociedade portuguesa.<sup>143</sup> De qualquer modo, certo foi que a partir daquele momento estava instalada a “ditadura franquista”, que muito daria o que falar.

Quando D. Carlos mencionou ao seu Presidente do Conselho de Ministros que uma campanha contra eles seria lançada pela medida que estavam optando, certamente imaginava que os grupos políticos iriam se voltar em peso contra ambos, o que de fato sucedeu. Fora a já conhecida oposição republicana e a mais nova oposição de José de Alpoim, desgostoso pela falta de consideração que o monarca tinha com ele, juntaram-se as dos dois maiores partidos do período, visto que a dissolução do parlamento promoveu a reaproximação de José Luciano de Castro e de Hintze Ribeiro, ambos inconformados de que o rei havia adotado tal medida contra eles.<sup>144</sup> João Franco passou, então, a ter a imagem incessantemente atacada, particularmente pela Dissidência Progressista de Alpoim e pelos republicanos, que eram os mais radicais. Os últimos receberam nova leva de adesões com a instauração da “ditadura franquista”, cuja mais destacada foi a de José Relvas, figura que rapidamente ascenderia em prestígio dentro do partido.

---

<sup>142</sup> CASTELLO-BRANCO, 1924, p.119 et seq.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 121-127 passim.

<sup>144</sup> SERRÃO, 2003, p.124.

Apenas um mês depois de dissolvido o parlamento, João Franco já pode sentir as animosidades que eram geradas contra ele quando realizou no dia 17 de junho de 1907 uma viagem de trem para o Porto. Presenciando motins onde quer que parasse, teve sua vida definitivamente posta em risco quando finalmente regressou à estação do Rossio, sendo recebido por uma multidão, na qual predominavam elementos republicanos e monárquicos descontentes evacuada apenas com a dispersão violenta dos manifestantes.<sup>145</sup> Em suas Memórias, José Relvas conta que Franco usou a ele e a José de Alpoim como bodes expiatórios pelo ocorrido, responsabilizando-os por incitar aquela revolta, fato que para o líder republicano era uma prova cabal da cegueira do chefe do governo, uma vez que considerava o episódio como legítima manifestação popular.<sup>146</sup>

A grande revolta que ocorreu no dia 18 daquele mês na estação do Rossio marcou o recrudescimento da política de João Franco, que, já tendo dissolvido a Câmara Municipal de Lisboa, agora endurecia as leis sobre a liberdade de imprensa. A impopularidade do Presidente do Conselho de Ministros ia se alargando, chegando a um ponto incontestável quando ele resolveu por decreto a “questão dos adiantamentos”, estabelecendo que, abatendo os valores, a coroa ainda seria credora do Estado.<sup>147</sup> Poucos dias antes havia morrido Hintze Ribeiro, deixando vaga a liderança dos regeneradores para Júlio de Vilhena, desafeto de João Franco, que manteve seu partido na oposição.

Mesmo sendo cada vez mais restringida, a opinião pública não se calava e continuava a esbravejar contra o governo de João Franco, corroendo toda a sua popularidade e a do rei, considerado como co-autor da “ditadura” pelo apoio aberto que dava ao seu Presidente do Conselho de Ministros. A figura 8 representa como queriam transmitir a imagem do “ditador”. Formando a cabeça de João Franco encontram-se diversos elementos dos quais se destacam primeiro a “Liberdade”, apunhalada e morta, o Parlamento que aparece triturado em sua boca e abaixo dos seus olhos o rei D. Carlos I que, uma hora escuta, noutra finge desentendimento, em sua testa o Zé-povinho que, entristecido, é consolado por Afonso Costa. Por fim, aparece a “República” cochichando em seu ouvido, dando a entender que suas ações são orquestradas por ela.<sup>148</sup>

---

<sup>145</sup> RELVAS, José. Memórias Políticas: Volume 1. Lisboa: Terra Livre, 1977, p.50 et seq.

<sup>146</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>147</sup> SERRÃO, 2003, loc. cit.

<sup>148</sup> MONIZ, 2014, p. 122.

O final do ano de 1907 marcaria a escalada violenta das oposições ao serem descobertas operações de bombas caseiras pela explosão accidental nos dias 9 de agosto e 17 de novembro nas ruas de Lisboa, por autoria de elementos ligados a Carbonária. Em verdade, evidenciaram a formação clandestina de uma nova insurreição republicana, agora na cidade de Lisboa, e sendo orquestrada com o aval do PRP, agora abertamente defendendo a luta armada, além da Dissidência Progressista e das organizações maçônicas e carbonárias. Marcaram a data para o dia 28 de janeiro de 1908, aproveitando-se que a família real estaria em Vila Viçosa para uma temporada de caça.<sup>149</sup>

Mais uma vez, nada mais se passou do que uma intentona. O golpe foi mal articulado, com os revolucionários recrutando todo o tipo de gente à luz do dia até que as informações acabaram chegando aos ouvidos do governo, que rapidamente prendeu os líderes do movimento. Teimosos, mesmo que surpreendidos, os remanescentes continuaram a orquestração de sua revolta para o dia e hora marcados, marchando em direção certa para o fracasso, uma vez que João Franco já estava preparado para o que iria acontecer.<sup>150</sup> Calejado de tanto ser pego por conspirar contra a monarquia, João Chagas foi novamente conduzido a prisão, acompanhado agora de Luz de Almeida, Alfredo Leal, França Borges, António José de Almeida, Afonso Costa, Egas Moniz, Álvaro Poppe, dentre muitos outros. Alpoim, contudo, conseguiu fugir para a Espanha.<sup>151</sup>

Relata José Relvas que, após o ocorrido, João Franco começou a buscar refúgio à noite em diversas casas e, com a escalada da violência, resolveu editar um decreto em 31 de janeiro, estabelecendo que qualquer cidadão suspeito de hostilidade contra o governo, o rei ou ao regime deveria ser deportado para as províncias ultramarinas. O texto foi imediatamente enviado para o rei em Vila Viçosa, que, mesmo hesitante, o assinou.<sup>152</sup> No dia 1 de fevereiro de 1908, a família real voltava para Lisboa, deixando o sossego para voltar ao centro da agitação política.

Naquele tarde, o Terreiro do Paço estava cheio de gente. D. Manuel, que havia voltando mais cedo para se preparar para os exames da Escola Naval, esperava seus pais e irmão no cais, junto com seu tio D. Afonso e as personalidades do governo. Com todos reunidos, a carruagem começou a se deslocar lentamente pela multidão até ser surpreendida

---

<sup>149</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.53.

<sup>150</sup> PINTO, 2010, p.94 et seq.

<sup>151</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.54 et seq.

<sup>152</sup> RELVAS, 1977, p.53 3t seq.

por um homem que, revelando uma carabina, disparou sobre o pescoço do rei, que morreu imediatamente. Em seguida ao disparo, instalou-se a maior confusão e no meio do tiroteio, gritos e correria, saiu outro rapaz que descarregou a arma nas costas de D. Carlos, atingindo também o Príncipe Real Luís Felipe, que tentava defender o pai. As autoridades, por fim, acertaram os agressores e a carruagem real corria galopante para o Arsenal da Marinha, enquanto a população em choque gritava pelas ruas: “Mataram o rei! Mataram o rei!”<sup>153</sup>

#### **2.4. Passos largos para o 5 de Outubro.**

A tragédia que marcou aquela tarde levou embora as vidas de D. Carlos I, do Príncipe Real Luís Felipe e a de seus agressores, fazendo com que o infante D. Manuel, então com 18 anos de idade e naquele período de intensa debilidade do regime, carregasse o enorme fardo de ser o novo rei de Portugal. O clima era de luto profundo e com uma atmosfera bastante pesada, principalmente devido à presença de João Franco, homem a quem D. Manuel II e principalmente a rainha-mãe D. Amélia consideravam como o grande culpado, tanto pela sua política, como pelo decreto de 31 de janeiro que foi para ambos a sentença de morte do rei.<sup>154</sup> Resolveu-se, pela gravidade da situação, convocar o Conselho de Estado, mas D. Manuel chamou João Franco em particular antes que esse pudesse se reunir e pediu-lhe para que abandonasse o governo. Com a embaraçosa situação, João Franco nem tentou argumentar e se resignou ao pedido do jovem rei, partindo dias depois para o exílio.<sup>155</sup>

Reunido o Conselho de Estado, D. Manuel II solicitou o seu parecer, lembrando que era necessário por em marcha um governo que acalmasse as tensões, inspirando, portanto, confiança nos políticos e desse prova de querer imprimir algo diverso do que havia sido feito até aquele momento.<sup>156</sup> José Luciano de Castro, membro mais antigo do Conselho, sugeriu que o novo governo fosse composto de figuras ligadas aos partidos progressista e regenerador e presidido por um político independente, para assim atuar como um moderador. Por seu turno, Júlio Vilhena preferia uma alternativa que privilegiasse essencialmente o seu partido, mas aceitou a solução, visto a gravidade da situação e os desejos do monarca.<sup>157</sup> Com a manifestação positiva dos demais membros do Conselho, ficou decidido que o novo governo seria chefiado pelo almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, político experiente e que inauguraria o chamado “Governo da Acalmação”.

---

<sup>153</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.58.

<sup>154</sup> PINTO, 2010, p.98.

<sup>155</sup> SERRÃO, 2003, p.132.

<sup>156</sup> MARTINS. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p. 790.

<sup>157</sup> Ibidem, p.791.

Os primeiros dias do reinado de D. Manuel II seriam marcados pela intensa memória do regicídio. José Relvas lembra que desde o princípio se ligou a tragédia ao Partido Republicano, fato por ele considerado um absurdo, argumentando que os líderes tinham plena noção de que nada de digno ou de inteligente existia para a causa com o assassinato do rei, tendo sido o mesmo ocasionado por alguém que tivesse ódio particular contra D. Carlos I.<sup>158</sup> Assim realmente pareceu. Os regicidas mortos naquele 1º de fevereiro eram Alfredo Luís da Costa e Manuel dos Reis Buiça, ambos ligados à Carbonária, o braço radical e armado dos republicanos, mas que agia de forma independente do PRP. O que teria motivado ambos a cometer aquele crime foi a cobertura incondicional que o rei D. Carlos dava à “ditadura franquista”, além da prisão de figuras políticas que admiravam na intentona de janeiro.<sup>159</sup>

Quando o Regicídio aconteceu, os republicanos promoveram uma intensa campanha para tentar desvencilhar o nome de sua causa ao crime. Tinham plena noção do quão querido era D. Carlos nos demais países da Europa, principalmente nos monárquicos, com os quais tinha inúmeros laços de sangue, e mesmo dentro do país, que, pela tradição, guardava respeito pela instituição da Família Real. Não foi então surpresa quando as notícias de seu assassinato foram veiculadas tanto dentro, quanto fora do país como um episódio de verdadeira barbárie<sup>160</sup>. Assim, como a monarquia, os republicanos perceberam que devido ao chocante acontecimento o momento agora era de trégua.

Começava dessa forma o “governo da Acalmação”. D. Manuel II entendia que a estabilidade somente viria se as ações fortemente impopulares do governo de João Franco fossem revistas, de modo que o gabinete de Ferreira do Amaral revogou os decretos sobre os adiantamentos, sobre as penas de degredo e demais medidas de cunho autoritário. Ao invés de adotar uma política revanchista, buscando punir os responsáveis pela tragédia no Terreiro do Paço, promoveu uma ampla anistia e todos os quadros políticos foram recompostos, como se uma borracha tivesse sido passada nos acontecimentos.<sup>161</sup> Eleições foram marcadas para o dia 5 de abril e o parlamento foi recomposto com uma maioria da coligação monárquica, muito embora os republicanos tenham conseguido emplacar 7 cadeiras, seu maior resultado até então.<sup>162</sup>

---

<sup>158</sup> RELVAS, 1977, p.54.

<sup>159</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.59-61 passim.

<sup>160</sup> PINTO, 2010, p.98.

<sup>161</sup> MARTINS. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p. 792.

<sup>162</sup> SERRÃO, 2003, p.133.

A política apaziguadora do governo fomentou no país uma situação muito peculiar, em que manifestações antagônicas foram convivendo de maneira pacífica. Em meados do mês de fevereiro, os túmulos dos regicidas no Cemitério do Alto de São João foram alvo de uma grande romaria e o jornal republicano “O Mundo” abriu uma caixa de doações em favor dos filhos de Buiça, que haviam ficado órfãos.<sup>163</sup> Do outro lado, o rei colhia frutos de intensa popularidade. No dia de sua aclamação, D. Manuel II foi ovacionado pela multidão, o que o animou posteriormente a realizar uma viagem junto com sua mãe e tio para o norte do país. Por onde passava, o rei era sempre recebido pela população com o maior carinho e o sorriso voltava, assim, a aparecerem seu rosto, junto com a sensação de que o pior havia passado.<sup>164</sup>

Entretanto, para decepção do monarca, a situação caótica do jogo partidário externaria que a estabilidade que sentia não era nada mais do que literalmente mera sensação. O gabinete de Ferreira do Amaral havia conseguido o grande trunfo de finalmente resolver a polêmica “questão dos adiantamentos”. D. Manuel II já havia declarado por carta que apenas receberia recursos financeiros se os mesmos fossem aprovados pelo parlamento, e assim a questão foi posta em pauta com a aceitação da proposta republicana de se constituir uma comissão especial para averiguar o montante da dívida da Coroa com o Erário, de onde saiu finalmente a lei de dotação da Casa Civil.<sup>165</sup> Contudo, seu gabinete não conseguiria resistir aos resultados das eleições municipais de 1º de novembro de 1908 que deram larguíssima vitória aos republicanos, que ganhavam várias câmaras, incluindo a de Lisboa. Acusado de frouxidão por Júlio de Vilhena, perdeu seu apoio e acabou sucumbindo.<sup>166</sup>

A partir daí, começou uma verdadeira ciranda ministerial. Não eram poucos os políticos monárquicos que discordavam veementemente da “política de acalmação”, esbravejando que essa estava dando abertamente cada vez mais espaço aos republicanos, ao mesmo tempo em que era difícil se chegar a um nome de consenso entre os partidos para a chefia dos gabinetes, com as antigas vaidades levando novamente os políticos monárquicos a se engalfinharem pelo poder. Os gabinetes duravam meses devido à intensa falta de entendimento, enquanto os republicanos, cada vez mais fortes, assistiam passivamente a erosão espontânea do regime.<sup>167</sup>

---

<sup>163</sup> MARTINS. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p. 793

<sup>164</sup> Ibidem, p. 797.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 798.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 799.

<sup>167</sup> SERRÃO, 2003, p.150.



Colecionando vitórias, os republicanos se animaram em dar prosseguimento a sua campanha e novamente fizeram uso dos jornais para atacar a figura do rei e da monarquia. A crítica que faziam a D. Manuel II era, contudo, mais velada. Centravam-se principalmente na sua juventude, alegando que não tinha capacidade para governar por ter sido o filho caçula e, portanto, não preparado para o trono, além de ser uma marionete da mãe, senhora fervorosamente católica, que lhe doutrinava para reinar de forma subordinada ao clero.<sup>168</sup> Nos dias 24 e 25 de abril de 1909, o Partido Republicano organizou um congresso em Setúbal para eleger um novo diretório. Chefiado por Teófilo Braga, posicionava-se claramente para uma nova insurreição, cuja organização coube ao Almirante Cândido dos Reis, António José de Almeida, Afonso Costa e João Chagas, os membros mais combativos da agremiação.<sup>169</sup>

Em abril de 1910, elaboraram uma missão diplomática com o intuito de esclarecer as intenções de seu movimento republicano, bem como o seu reconhecimento internacional caso a República fosse efetivamente implantada em Portugal. José Relvas foi um dos encarregados para coordenar essa ação e, junto com Magalhães Lima e Alves da Veiga, escreveu um manifesto para vários veículos de comunicação estrangeiros. Deixou registrada a sua visão do acontecimento:

“Reproduzido o “manifesto” nos grandes quotidianos de Paris, Londres, Berlim, Roma, Madrid, Rio de Janeiro e Nova Iorque, acompanhada a sua publicação em alguns desses jornais com palavras muitos lisonjeiras para o crédito da missão portuguesa, tendo recebido testemunhos seguros do acolhimento mais favorável que podíamos desejar, entrámos em imediatas relações com A. Tardieu, principal redactor de *Le Temps* e Jean Herbette, director de *Le Siècle* e de *L’Action*, que nos facilitaram a aproximação com os representantes da República Francesa. Com efeito, poucos dias depois éramos recebidos por M. Etienne, subsecretário do ministro do Interior e vice-presidente da Câmara dos Deputados, que nos recebeu e ouviu com a mais deferente atenção e com insofismável aplauso do programa...(sic).”<sup>170</sup>

No segundo semestre de 1910, o gabinete ministerial era chefiado por Teixeira de Souza, novo líder dos regeneradores, que fora posto na função de Presidente do Conselho de Ministros sem muito entusiasmo por parte dos políticos monárquicos, tendo a intenção de reformular o parlamento. D. Manuel II acatou-lhe o pedido e dissolveu às Cortes para uma nova eleição em 28 de agosto, cujo resultado não foi nada positivo. Como era de se esperar, o

<sup>168</sup> MARTINS. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, op. cit., p. 782 et seq.

<sup>169</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.68 et seq.

<sup>170</sup> RELVAS, 1977, p.89.

resultado trouxe a maioria das cadeiras para o governo, mas deu ao PRP 14 cadeiras na Câmara dos Deputados.<sup>171</sup>

Dobrando o número de sua bancada, os republicanos demonstravam sua força crescente, o que lhes alimentou o ímpeto revolucionário que há tempos sentiam. Naquele momento, estava pronto o plano para conquistar a capital, consistindo em dominar os quartéis da Forças Armadas e o próprio Palácio das Necessidades, para isso contando com a insurreição dos militares aquartelados e com a tomada dos navios de guerra Adamastor, São Rafael e D. Carlos. A notícia de que os navios zarpariam do Tejo no dia 4 de outubro, bem como da morte inesperada do psiquiatra Miguel Bombarda, chefe civil da conspiração, por um de seus pacientes, anteciparam as expectativas.<sup>172</sup> Estavam no seu melhor momento e aquela era a hora de agir.

Ao se sublevarem na noite do dia 3 de outubro de 1910, os republicanos dominaram três quartéis e acamparam na Rotunda, região onde hoje se encontra a estátua do Marquês de Pombal, além de terem tido êxito na tomada dos navios e isolamento da cidade. Começava, assim, uma intensa batalha entre as forças legalistas e os revoltosos, varrendo horas a fio até chegar ao dia 5 de outubro num cenário de completa indefinição, quebrado apenas no momento em que o Adamastor e o São Rafael iniciaram um bombardeio do Palácio das Necessidades, levando D. Manuel II, mesmo que hesitante, a abandonar a cidade.<sup>173</sup> Exaustas, as forças monárquicas de Paiva Couceiro fraquejavam pela ausência de reforços e eram sufocadas pelo cerco dos navios sob Lisboa, sendo forçadas a reconhecer a derrota. Às nove horas da manhã de 5 de outubro de 1910, quando a situação já parecia ganha, José Relvas já anunciava ao povo o triunfo da República da varanda da Câmara Municipal de Lisboa.<sup>174</sup>

---

<sup>171</sup> SERRÃO, 2003, p.151-154 passim.

<sup>172</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.73-75 passim.

<sup>173</sup> MARTINS. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p. 813 et seq.

<sup>174</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.97.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois que o Palácio das Necessidades foi bombardeado naquela manhã de 5 de outubro, D. Manuel II, optando por abandonar a cidade, foi ao encontro dos demais membros de sua família, primeiro em Sintra e depois em Ericeira, de onde embarcaram no iate Amélia. Era a intenção do jovem rei continuar a luta, tendo resistido à ideia de abandonar o país e desejando desembarcar na cidade do Porto, de onde poderia vir, por ventura, uma reação monárquica. O cenário, no entanto, já estava perdido, pois o Porto havia aderido à revolução. Já não restava mais nada para a família real, de modo que o iate Amélia seguiu para Gibraltar e de lá para o exílio da família em Londres.<sup>175</sup>

Nas palavras de Jaime Nogueira Pinto, “*foi numa Europa de tronos que Portugal proclamou a República.*”<sup>176</sup> No ano de 1910, dentro do continente europeu, apenas a França e a Suíça haviam optado e se estabilizado nesse modelo. As monarquias constitucionais, num período ainda anterior à Primeira Guerra Mundial, eram sinônimo de modelo civilizacional, desenvolvimento, elegância e nacionalismo aguerrido, de modo que se torna curioso o fato de Portugal ter optado prematuramente pela substituição de seu regime político. Uma curiosidade que cabe à historiografia examinar.

Pela exposição feita até aqui, pode-se concluir que a erosão do sistema vinha de longe, de modo que se torna quase impossível falar sobre a queda da monarquia liberal portuguesa sem antes relatar, como aqui foi feito, por quais bases essa se estruturou e os caminhos que optou por seguir. Como foi visto no primeiro capítulo deste trabalho, a monarquia constitucional nasce em Portugal com o advento da Revolução Liberal do Porto, todavia, muito mais pela situação política que o reino enfrentava do que por uma questão ideológica.<sup>177</sup> O que unia a população em seus vários segmentos sociais era a sensação de que o cenário não estava bom, mas a maneira que entendiam ser o melhor para o país era, sem sombra de dúvida, conflituosa e daí terem se alastrado por tanto tempo os atritos entre os mais diversos grupos e as etiquetas atribuídas a cada um.

O enorme contraste proposto por D. Miguel, absolutista convicto, levou, por exemplo, à identificação de D. Pedro e de D. Maria II a um lado diametralmente oposto, como se fossem os liberais redentores da nação. Liberais de fato foram, pois lideraram o lado da

---

<sup>175</sup> MARTINS. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p. 813 et seq.

<sup>176</sup> PINTO, 2010, p.43.

<sup>177</sup> MARQUES, 1998, p.15.

Guerra Civil que tinha o constitucionalismo como o seu estandarte. Entretanto, a prática política de ambos problematiza em muito os seus rótulos. D. Pedro IV, ao cumprir a promessa de seu pai, entregou a Portugal uma Constituição que era a cópia, ou se não a irmã gêmea, da Constituição Brasileira de 1824, diploma outorgado pelo soberano e que proporcionou o levante da Confederação do Equador, além de sua fama, até hoje presente no Brasil, de tirano. Já D. Maria II, ao cogitar pedir auxílio estrangeiro nos momentos imediatos à Revolução de Setembro, não escondeu de ninguém a sua predileção pelos cartistas, que, no fim das contas, lhe propiciavam uma maior concentração de seus poderes.

Dessa feita, os liberais mais apaixonados acabaram ficando, na verdade, aliados do percurso tomado pela monarquia constitucional, conquistando efetivamente o poder por curtos períodos entre a Revolução Liberal do Porto e a “Vilafrancada” e entre a Revolução de Setembro e a ascensão de Costa Cabral. O espírito do Vintismo, entretanto, não desapareceu, sendo na verdade transformado naquilo que viria a ficar conhecido como Setembrismo e cujo herdeiro direto seria o Partido Histórico, depois Progressista. Em que pese tudo isso, a verdade é que o Partido Progressista foi abandonando tacitamente a sua herança exaltada ao se moldar perfeitamente ao jogo político da monarquia liberal estabilizada, tornando-se, *grosso modo*, um igual frente ao Partido Regenerador. A partir de então, quem reivindicaria a bandeira apaixonada do liberalismo revolucionário do Vintismo seriam os republicanos.<sup>178</sup>

O flerte dos liberais com os ideais republicanos já começaria em Portugal, mesmo que timidamente, a partir de 1848, no contexto dos eventos que desencadearam a chamada “Primavera dos Povos” e sendo depois reforçado pelas tentativas de derrubar a monarquia ocorridas na Espanha. Em 1864, reunia-se o “Clube dos Lunáticos”, grupo de liberais que se posicionavam contra o sistema do Rotativismo Partidário e de onde viria a surgir o Partido Reformista. Contudo, a efemeridade de todos esses movimentos deixou o republicanismo português num estado de latência, somente despertado com a eclosão e o sucesso da Terceira República Francesa em 1870, bem como devido a aceitação dos reformistas ao sistema, sacramentada no Pacto da Granja e levando os dissidentes a formar um novo partido: o Partido Republicano Português.<sup>179</sup>

Estruturado, o republicanismo português assumia um discurso saudosista, lamentando em todos os seus níveis o completo atraso do país, que, ao longo do tempo, tinha deixado de

---

<sup>178</sup> PINTO, 2010, p.48-52 passim.

<sup>179</sup> SERRÃO, 2003, p.

ser a grande potência que fora outrora. Grande exercício é, porém, exaltar as glórias do passado e seus grandes representantes, como Camões, Vasco da Gama e o Marquês de Pombal, sem mencionar o regime monárquico com o qual eram ligados e assim cair em uma contradição. Os republicanos, contudo, contornaram essa questão ao defender que não era importante se era a monarquia quem representava o país, mas sim que não o representava mais. Teófilo Braga deixa isso evidente ao comentar a reação monárquica aos eventos da Revolução de Setembro:

“É uma das grandes vergonhas da história portuguesa a reclamação do governo de D. Maria II para a intervenção da Inglaterra, França e Espanha nos negócios da política interna, para restabelecê-la no trono que estava quase perdido pela sua obcecação absolutista; mas também não é menos lamentável ver homens que lutavam pela liberdade e progresso da sua pátria como o conde de Antas, e outros, em todos os seus actos inutilizarem todos os seus esforços procurando salvar, apesar de tudo, a dinastia bragantina. Ela nada merecia, porque tinha bastantes vezes atraído a causa da nação, preocupada em entregar-se à discricção do que a lisongeavam com os direitos majestáticos (...) Em um povo com dignidade e com consciência dos seus direitos, no dia em que a monarquia se coligou com um bando, ou que chamou em seu auxílio contra toda a nação os exércitos estrangeiros, ela ... estava por si mesmo destituída (sic).”<sup>180</sup>

Organizados como uma força diminuta e atrelada essencialmente à alta burguesia e aos profissionais liberais da classe média, os republicanos foram pouco a pouco conquistando maior espaço na sociedade portuguesa. Sempre buscando se fazer representar no sistema, tornaram-se uma ameaça real a partir do Ultimato Britânico e daí foram só crescendo em prestígio quanto à opinião pública e em força no parlamento. Seu crescimento, aliás, só comprova o quão complicado é emprestar caráter absoluto as questões políticas, pois se foi dito que uma das principais características da monarquia liberal era o caciquismo e a fraude eleitoral, como se explica o crescimento vertiginoso dos republicanos dentro do sistema representativo?

Ocorre que a corrupção presente no sistema era muito mais forte no interior do país, de onde tanto regeneradores como progressistas conseguiam estabelecer o seu curral eleitoral.<sup>181</sup> Num país pequeno e de população escassa como era Portugal, o peso das regiões interioranas era pouco expressivo, principalmente se for levado em conta o sufrágio censitário estabelecido pela constituição. Dessa feita, as cidades que realmente comandavam a vida política do reino eram Lisboa e Porto. Como dois grandes centros que concentravam a maioria da população letrada e votante, recebiam menor influência do jogo eleitoral e agiam com

---

<sup>180</sup> BRAGA, 1983, p.55 et seq.

<sup>181</sup> MARQUES, 1998, p.92.

maior liberdade.<sup>182</sup> Isso explica o porquê de os republicanos ter se mantido, desde sua fundação, quase sempre presentes no parlamento e mesmo alargado a sua representação. No desenvolvimento de sua propaganda, foram ganhando ainda maior atenção das camadas populares, principalmente depois que a nova geração assumiu e quando tiveram maior contato com a Carbonária. Ao fim e ao cabo, ao prometerem melhores condições ao povo e atrelando as dificuldades do país ao regime monárquico, se tornaram o principal canal dos descontentes, se sobrepondo ao Partido Socialista, na teoria, o partido dos proletários e mais humildes.<sup>183</sup>

Por fim, chegamos aos dois últimos monarcas, cujos anos finais do regime lhe pesaram fortemente os ombros. Com relação a D. Carlos I, pode-se concordar ou discordar da política adotada no decorrer de seu reinado, mas jamais dizer que permaneceu inerte frente aos desafios que enfrentou. Não só Portugal, mas a Europa inteira havia mudado muito ao longo do século XIX, e mesmo que a Carta Constitucional lhe desse bastante força de ação, o monarca tinha pleno conhecimento das limitações que a realidade lhe impunha. Entretanto, tinha vontade política de mudar a situação do país, apostando todas as suas fichas em João Franco e no programa do Partido Regenerador Liberal, conforme suas cartas claramente atestam, mas o que o cenário mostrou ser um erro com qual pagou com a própria vida. Sobre o seu legado, o historiador Joaquim Veríssimo Serrão teceu alguns comentários os quais aqui transcrevo *in verbis*:

“À medida que o tempo passa e que as fontes documentais o permitem encarar na sua inteira personalidade, a figura do rei D. Carlos agiganta-se no palco da história, não chegando as diatribes pessoais e os ódios ideológicos para o arredar do seu pedestal. Nas mais difíceis condições, pela instabilidade da vida política e do ambiente social, deu-se ao ofício de reinar com desvelo e coragem, cumprindo altas missões no estrangeiro para honrar o nome do país. Era popular no trato, aberto com os cortesãos e bom para com os humildes, nunca se furtando a conviver com as populações. (...). A sua morte não evitou a República, antes fez desaparecer o único grande obstáculo que se opunha à mudança do regime. Se tivesse sobrevivido ao drama com a força de coragem que D.Carlos possuía, é quase certo que o 5 de Outubro não teria eclodido nessa data.”<sup>184</sup>

Por seu turno, não menos merece a memória de D. Manuel II. Muito polêmica foi a sua “política da acalmação”, mas cabe perguntar até que ponto poderia a monarquia ter agido de outra forma naquela situação. Em verdade, o rei pegou a situação num nível de desgaste tão grande, alimentada ainda pelas eternas e fúteis querelas partidárias dos monárquicos, cuja opinião de boa parte da historiografia aqui utilizada coloca como sendo a verdadeira responsável pela queda do regime, que já era impossível reverter o quadro, não importa a

---

<sup>182</sup> MARQUES, 1998, p.92.

<sup>183</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>184</sup> SERRÃO, 2003, p.130 et seq.

atitude que tomasse. Dessa feita, destaco a opinião da historiadora Maria Odete Sequeira Martins:

“A conjuntura foi claramente desfavorável a D. Manuel, que no curso do seu reinado dedicou a maior parte do seu tempo à *res publica*, interessando-se por tudo quanto dizia respeito à governação, estudando relatórios, debruçando-se sobre os problemas, procurando soluções, conquanto não se intrometesse directamente na acção do governo, conforme competia a um rei constitucional. Quem havia pressuposto que não estava preparado para reinar, enganava-se. Não havia nascido para ser o rei, mas não obstante os seus verdes anos, assumiu por inteiro e dignamente o “ofício” de reinar.”<sup>185</sup>

Ruía dessa forma a secular monarquia portuguesa, pelo peso de uma política que aos poucos foi corroendo a sua popularidade. Em 1880, ao ensaiar sobre o republicanismo em Portugal, Teófilo Braga faz uma aposta curiosa para quem olha o cenário a partir do século XXI. O futuro presidente apostava que o a República só vingaria em Portugal se primeiro desse certo na Espanha.<sup>186</sup> O desenrolar dos fatos mostraria o seu equivoco e, mesmo atualmente, Portugal parecer ter uma República parlamentarista bem consolidada, enquanto a Espanha optou pela restauração dos Bourbon e a volta do regime monárquico. Contudo, o olhar saudosista incentivado pela República Portuguesa, não deixa de ser curioso, pois mesmo que afirmem não ser isso uma exaltação dos tempos monárquicos, é difícil separar um do outro. Nada sintetiza isso melhor do que a nova bandeira nacional. O azul e o branco da Monarquia Liberal foram substituídos pelo verde-rubro da esperança e do sangue derramado pelos vitoriosos, mas entre ambas continuava o Escudo de D. Afonso Henriques, maior símbolo da monarquia portuguesa, sobreposto a uma esfera armilar dourada.

Por fim, cabe ressaltar que, mesmo com a vitória da revolução, não é possível dizer que o povo português havia se tornado republicano. Em verdade, do que mais as camadas populares se queixavam era da carestia pela qual passavam, sendo sua primeira demanda a melhora das condições de vida, sendo secundário a questão do regime. Desse modo, apoiaram os republicanos quando esses se mostraram como um canal para destruir ao *status quo*, mas passaram a fazer franca oposição à Primeira Republica quando esta teve dificuldade para promover as alterações prometidas.<sup>187</sup> Nela ocorreu a chamada “Monarquia do Norte” uma contra-revolução liderada por Paiva Couceiro, a qual, mesmo que derrotada, demonstrou não só a instabilidade da República, como a volatilidade do povo, mas isso já é assunto para uma nova pesquisa.

---

<sup>185</sup> MARTINS. In. ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2011, p.842

<sup>186</sup> BRAGA, 1983, p.173.

<sup>187</sup> REIS; MAGALHÃES; ALÇADA, 2010, p.105.

### **Fontes Primárias:**

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; ROMÃO, António (Orgs.). *Brasil-Portugal, desenvolvimento e cooperação: o diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro: EMC, 2000.

BRAGA, Teófilo. *História das Ideias Republicanas em Portugal*. [1880]. Lisboa: Vega, 1983. (Coleção Documenta Historica).

CASTELLO-BRANCO, João Franco. *Cartas d'El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu último Presidente do Conselho*. 3ª edição. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1924.

CHAGAS, João. *Trabalhos Forçados: Volume 1*. 1ª edição. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1926.

RELVAS, José. *Memórias Políticas: Volume 1*. Lisboa: Terra Livre, 1977.

### **Bibliografia:**

ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA; MENDONÇA, Manuela. (Org). *História dos Reis de Portugal: Da Monarquia dual à implantação da República*. 1ª edição. Vila do Conde: QuidNovi, 2011.

COSTA, Fernando Marques; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. (Orgs.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa: Veja, 1989. (Coleção Documenta Historica).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2006

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal Volume III: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13ª edição. Lisboa: Presença, 1998.

MATTOSO, José. (Dir.); VAQUINHAS, Irene. (Coord.). *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

MONIZ, Jorge Botelho. *A Caminho da República: Imagens que mudaram a face da opinião pública portuguesa*. 1ª edição. Coimbra: Tenacitas, 2014.

PAREDES, Marçal de Menezes. O passado (ultra)passado: formas de gerenciamento estético da alteridade portuguesa na construção historiográfica da “nação” brasileira. ANPUH – XXV



SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009. Disponível em:  
<<http://anpuh.org/anais/?p=18846>>

PINTO, Jaime Nogueira. *Nobre Povo: Os anos da República*. 1ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

REIS, António; MAGALHÃES, Ana Maria; ALÇADA, Isabel. *O 5 de Outubro e a Primeira República*. 1ª edição. Alfragide: Editorial Caminho SA, 2010.

RÉMOND, René (org). *Por Uma História Política*. Rio de janeiro: FGV, 1996.

SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal Volume X: A Queda da Monarquia (1890-1910)*. 2ª edição. Lisboa: Verbo, 2003.

## ANEXOS

Figura 1: O Tricentenário de Camões (1880)      Figura 2: O Tricentenário de Camões (1880)

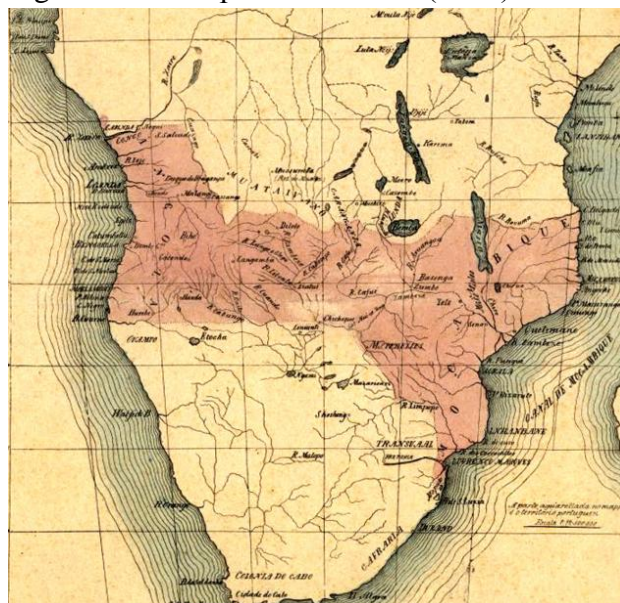


Fonte: O António Maria  
Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal  
<<http://purl.pt/13854>>



Fonte: O António Maria  
Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal  
<<http://purl.pt/13854>>

Figura 3: “O Mapa cor-de-rosa” (1890)



Fonte: Federação dos Estados Livres da África  
Disponível em: Federação dos Estados Livres da África  
<[http://www.africafederation.net/Rose\\_map.htm](http://www.africafederation.net/Rose_map.htm)>



Figura 4: O *Ultimatum* Britânico (1890)

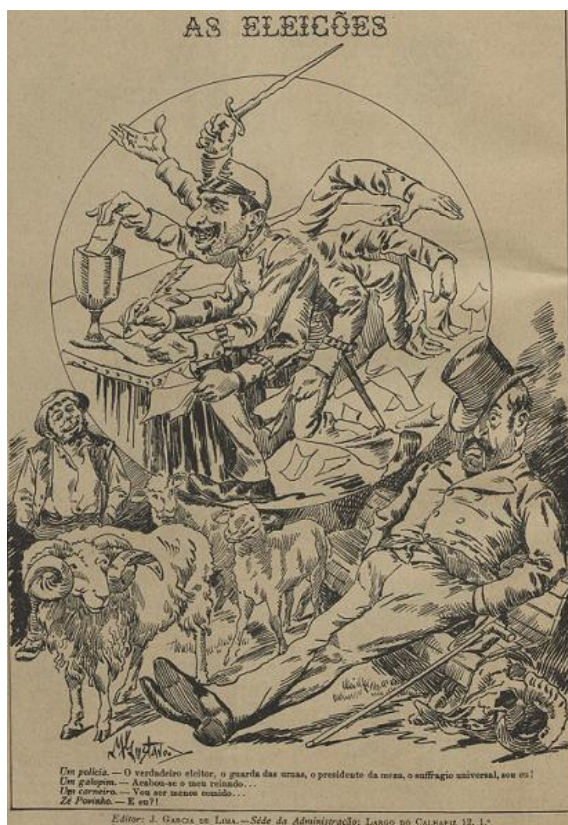


Fonte: Pontos nos ii

Disponível em: Hemeroteca Digital de Lisboa

<<http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/PONTOSNOSII/PontosnosII.htm>>

Figura 5: O sistema eleitoral (1895)

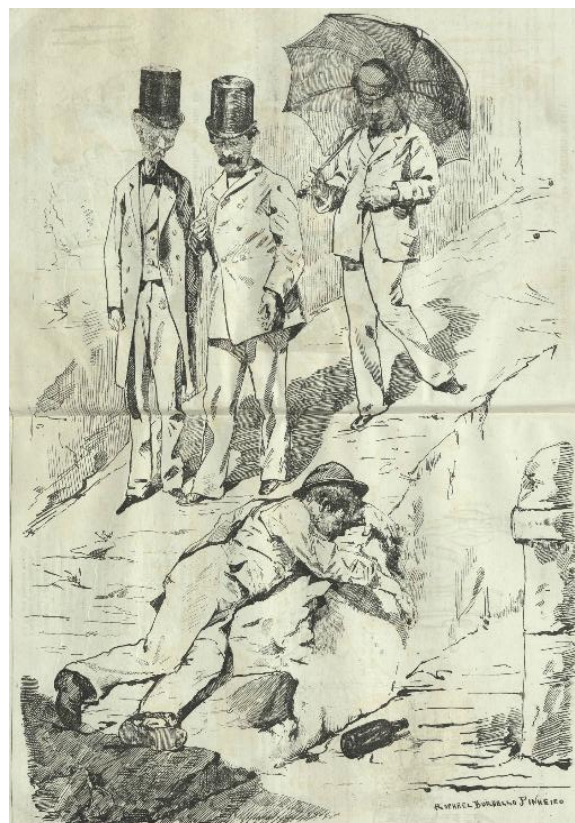


Fonte: O António Maria

Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal

<<http://purl.pt/13854>>

Figura 6: O sistema eleitoral (1879)



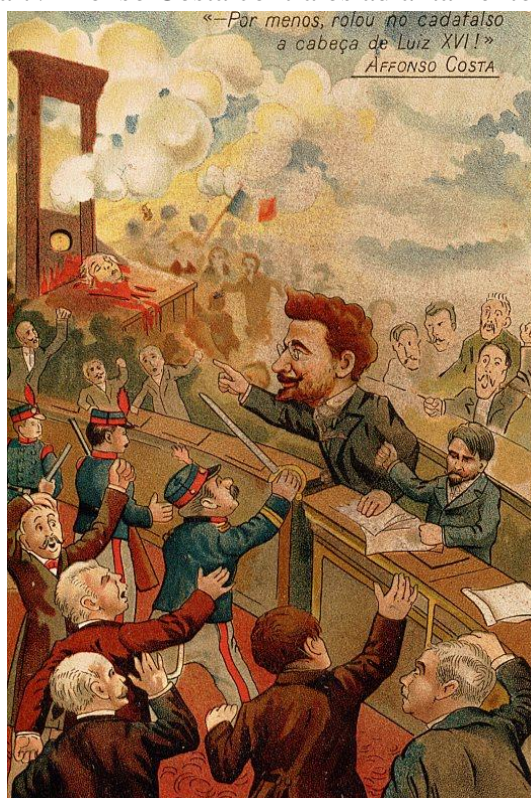
Fonte: O António Maria

Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal

<<http://purl.pt/13854>>



Figura 7: Afonso Costa contra os adiantamentos (1907)

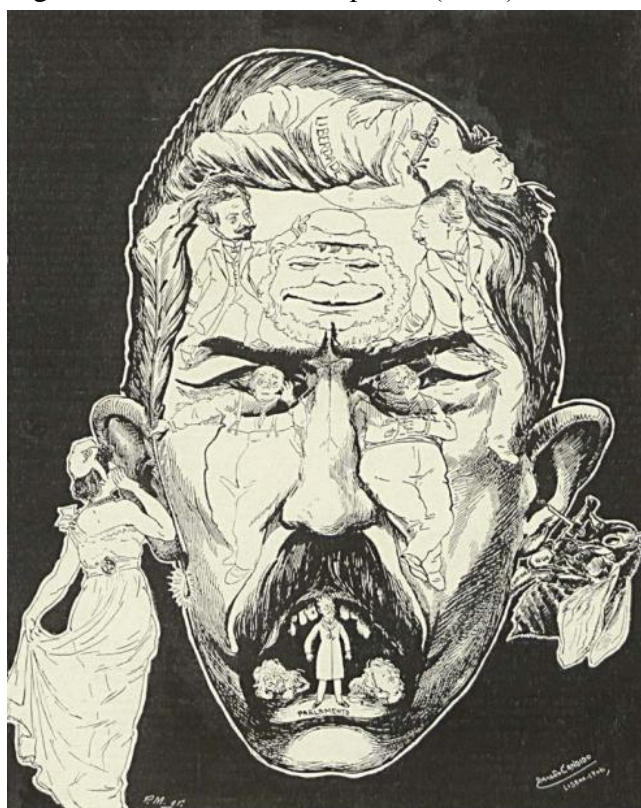


Fonte: Fundação Mario Soares

Disponível em: Fundação Mario Soares

<<http://casacomum.org/cc/arquivos>>

Figura 8: “A ditadura franquista”(1906)



Fonte: Brasil-Portugal: Revista quinzenal ilustrada.

Disponível em: Hemeroteca Municipal de Lisboa

<<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>

## Declaração de Autenticidade

Eu, Leonardo Bicalho de Mendonça, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *A Construção da Monarquia Liberal Portuguesa e os Caminhos que a Levaram ao Próprio Fim* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

---

Brasília, 11 de dezembro de 2015